

PORTUGUÊS

1) RESPOSTA LETRA D

- a) Incorreta. A ampliação da capacidade carcerária é uma solução de curto prazo, focada em aliviar a superlotação, mas não resolve as causas profundas do problema.
- b) Incorreta. Medidas punitivas mais severas não foram mencionadas como solução no texto, e poderiam piorar a superlotação sem resolver o problema de ressocialização.
- c) Incorreta. A criação de mais presídios de segurança máxima não aborda os desafios principais descritos no texto, como a reintegração social dos presos.
- d) Correta. O texto sugere que a implementação de programas de educação e trabalho é uma solução a longo prazo para reduzir a reincidência e melhorar o sistema como um todo.**
- e) Incorreta. Embora a eliminação das facções seja importante, o foco do texto está na ressocialização e não apenas no combate à criminalidade dentro das prisões.

2) RESPOSTA LETRA A

- a) Correta. O texto deixa implícito que a lentidão no julgamento contribui para a superlotação, pois muitos presos ficam aguardando julgamento, o que agrava o problema.**
- b) Incorreta. A relação causa-efeito é inversa: a lentidão no sistema judicial contribui para a superlotação, e não o contrário.
- c) Incorreta. Não há menção no texto de que a falta de infraestrutura nas prisões tenha causado a lentidão no sistema judiciário.
- d) Incorreta. O texto sugere claramente que há uma conexão entre a superlotação e a lentidão dos julgamentos.
- e) Incorreta. O texto não defende penas mais longas como uma forma de controlar a superlotação, mas sim alternativas como políticas de ressocialização.

3) RESPOSTA LETRA E

- a) Incorreta. Embora o texto mencione má gestão e corrupção, ele não descreve as facções como uma consequência inevitável, mas como um desafio que precisa ser enfrentado.
- b) Incorreta. O texto não sugere que as facções são necessárias para manter a ordem, mas sim que elas contribuem para a violência e o controle sobre os presos.
- c) Incorreta. O texto não apresenta as facções como uma solução eficaz, mas sim como parte do problema da violência e da criminalidade nas prisões.
- d) Incorreta. As facções não são vistas como instrumentos de ressocialização, mas como elementos que complicam a vida no sistema prisional.
- e) Correta. O texto deixa claro que o controle exercido pelas facções é um dos maiores desafios a serem resolvidos para que qualquer reforma seja eficaz.**

4) RESPOSTA LETRA C

Alternativa A

"A forma verbal 'sofreu' (linha 1) indica uma ação do passado que ainda estava em processo."

Comentário: Incorreta. A forma verbal "sofreu" está no pretérito perfeito, que indica uma ação passada e concluída. Não há indicação de que a ação estivesse em processo; o colapso cardíaco já ocorreu e foi finalizado no momento descrito.

Alternativa B

"A substituição do vocábulo sublinhado na construção 'o médico da família' (linha 3) pelo artigo 'um' preservaria o sentido original."

Comentário: Incorreta. O uso de "o" em "o médico da família" refere-se a uma pessoa específica e conhecida, o médico que a família já tinha contato. A substituição por "um" indicaria uma pessoa indeterminada, alterando o sentido original, já que "um médico" implicaria qualquer médico, e não o médico específico da família.



Alternativa C

"Ao empregar a forma verbal 'ouvira' (linha 7), o filho refere-se a um momento no passado anterior a outro momento também situado no passado."

Comentário: Correta. A forma verbal "ouvira" está no pretérito mais-que-perfeito, que indica uma ação que ocorreu antes de outra também passada. No contexto, o som dos pneus foi ouvido em um momento anterior ao relato atual do narrador, criando essa relação temporal entre dois momentos passados.

Alternativa D

"Na linha 6, o vocábulo 'adulto' funciona como substantivo."

Comentário: Incorreta. Na linha 6, "adulto" funciona como adjetivo, modificando o sujeito oculto "ele", referindo-se ao garoto que, agora adulto, está contando a história. Se fosse substantivo, o termo não teria a função de qualificar um sujeito.

Alternativa E

"Como se pode observar, os advérbios 'lá' (linha 5) e 'hoje' (linha 6) devem ser utilizados quando a pessoa que fala deseja indicar a sua inclusão, respectivamente, no espaço e no tempo aos quais se refere."

Comentário: Incorreta. Os advérbios "lá" e "hoje" são usados para indicar distância e um momento presente, respectivamente. "Lá" sugere um local distante de quem fala, e "hoje" refere-se ao presente do narrador em relação ao momento de contar a história. Não indicam a inclusão da pessoa que fala no espaço ou no tempo, mas uma referência a eles.

5) RESPOSTA LETRA C

Alternativa A: "a – a – a – a."

Comentário: Incorreta. Esta alternativa pressupõe que em nenhum dos casos há crase, ou seja, não há fusão da preposição "a" com o artigo "a". No entanto, essa estrutura provavelmente requer crase em algumas situações, como antes de palavras femininas que exigem preposição e artigo.

Alternativa B: "a – à – a – a."

Comentário: Incorreta. A crase deveria aparecer de forma mais consistente em construções que envolvem a preposição "a" unida ao artigo feminino. A distribuição apresentada aqui não cobre todos os casos onde a crase seria esperada.

Alternativa C: "a – a – à – à."

Comentário: Correta. A primeira e segunda lacunas não requerem crase, possivelmente por ausência de preposição ou artigo definido feminino, enquanto a terceira e quarta lacunas pedem a fusão da preposição com o artigo, uma vez que devem se referir a expressões que exigem crase, como "à medida que" ou "à disposição de".

Alternativa D: "à – à – à – à."

Comentário: Incorreta. Esta alternativa indica que todas as lacunas exigem crase, o que é improvável, visto que nem todas as expressões que antecedem palavras femininas pedem a combinação da preposição com o artigo.

Alternativa E: "à – à – a – a."

Comentário: Incorreta. Esta alternativa apresenta crase nas primeiras lacunas e nenhuma nas duas últimas, o que não cobre corretamente os casos em que a crase deveria aparecer de acordo com a sintaxe e o contexto semântico.

6) RESPOSTA LETRA B

Alternativa A: "Corrida é bom para a saúde."

Comentário: Correta. Embora "corrida" seja um substantivo feminino, o adjetivo "bom" está sendo usado em uma construção onde o verbo "ser" permite que o adjetivo concorde com o sentido geral da frase, e não estritamente com o gênero do substantivo. Expressões como "É bom correr" ou "Corrida é bom para a saúde" são aceitas no uso coloquial.

Alternativa B: "A paciência é necessário para a convivência."

Comentário: Incorreta. Este é o erro de concordância. "Paciência" é um substantivo feminino, e o adjetivo "necessário" deveria concordar com ele. O correto seria: "A paciência é necessária para a convivência."

Alternativa C: "Segue em anexo a solicitação da reunião."

Comentário: Correta. O uso de "anexo" neste contexto não precisa concordar com o substantivo "solicitação". "Anexo" pode ser usado invariavelmente em locuções adverbiais (por exemplo, "segue em anexo"), o que está gramaticalmente correto.

Alternativa D: "Entregamos bastantes pedidos hoje."

Comentário: Correta. Aqui, "bastantes" está corretamente empregado, concordando em número com "pedidos". "Bastantes" significa "muitos", e está de acordo com a regra de concordância nominal.

Alternativa E: "Atrasado, tomou meio copo de cerveja e foi embora."

Comentário: Correta. O adjetivo "meio" está empregado corretamente, pois, quando significa "metade", permanece invariável, independentemente do gênero ou número do substantivo que acompanha. Assim, "meio copo" está correto.

7) RESPOSTA LETRA E

Alternativa A: "Mais de um coração guerreiro batia apressado." (A. Herculano).

Comentário: Correta. A expressão "Mais de um" é uma locução que, em geral, exige o verbo no singular. A concordância está correta, pois o verbo "batia" concorda com "um coração", que é singular. Assim, não há erro de concordância verbal.

Alternativa B: "Vossas Excelências ainda não avaliaram o meu pedido?"

Comentário: Correta. Quando nos referimos a "Vossas Excelências", o verbo deve ser conjugado no plural, pois é um pronome de tratamento plural. "Avaliaram" está corretamente conjugado no plural, concordando com "Vossas Excelências".

Alternativa C: "Aquele mestre foi um dos poucos que anteviu o incidente com o metrô."

Comentário: Correta. Neste caso, a concordância está correta. O sujeito da oração subordinada é "poucos", e o verbo "anteviu" está no singular, concordando com "um dos poucos", que é a estrutura correta. A oração está de acordo com as regras gramaticais.

Alternativa D: "Algum de nós certamente entregou o colega à direção da empresa."

Comentário: Correta. "Algum de nós" é uma expressão que exige o verbo no singular, já que "algum" está no singular. O verbo "entregou" está adequadamente conjugado no singular, concordando com "algum". Portanto, não há erro de concordância.

Alternativa E: "Nas principais capitais brasileiras, circulam grande número de automóveis."

Comentário: Incorreta. A expressão "grande número" exige o verbo no singular, pois o núcleo do sujeito é "número", que está no singular. O correto seria: "circula grande número de automóveis." Neste caso, há um erro de concordância verbal.

8) RESPOSTA LETRA E

Primeira coluna: Função da pontuação

1. Sequência de elementos
2. Isolamento de adjunto adverbial
3. Aposto

Segunda coluna: Excerto do texto

(1) "Os sulfetos metálicos, ricos em ferro e cobre, são encontrados em zonas relacionadas ao vulcanismo e à expansão das placas tectônicas."

Neste caso, "ricos em ferro e cobre" está entre vírgulas e fornece uma explicação adicional sobre os "sulfetos metálicos". Isso caracteriza um aposto, ou seja, uma explicação ou detalhe adicional sobre o substantivo.

Função: Aposto → 3

(2) "Em diferentes profundidades do oceano, encontram-se também outros minerais."

A vírgula aqui isola o adjunto adverbial "Em diferentes profundidades do oceano", que está deslocado no início da frase. Isso é característico do isolamento de adjunto adverbial.

Função: Isolamento de adjunto adverbial → 2

(3) "Estanho, titânio, cascalho, calcário, enxofre, carvão e petróleo são exemplos de minerais utilizados amplamente pela sociedade atual."

As vírgulas estão sendo usadas para separar elementos de uma lista, o que indica uma sequência de elementos.

Função: Sequência de elementos → 1

Associação correta:

- Aposto → "Os sulfetos metálicos, ricos em ferro e cobre..." → 3
- Isolamento de adjunto adverbial → "Em diferentes profundidades do oceano..." → 2
- Sequência de elementos → "Estanho, titânio, cascalho, calcário..." → 1

Resposta correta: Letra E: 1 - 3 - 2

9) RESPOSTA LETRA B

Enunciado: A questão pede para identificar a justificativa correta para o uso da crase no período: "Lutei por muito tempo e aqui estamos, com essa etapa cumprida", disse Mario Baudry, advogado de um dos filhos de Maradona, à Reuters.

A palavra "Reuters" é o complemento do verbo "dizer" e é precedida pela preposição "a", o que justifica o uso da crase devido à regência verbal. A preposição "a" combina-se com o artigo definido feminino implícito antes do nome próprio feminino "Reuters".

Vamos agora analisar as alternativas:

Alternativa A: Locução Adverbial

Comentário: Incorreta. A crase não está relacionada a uma locução adverbial neste caso. Locuções adverbiais envolvem expressões como "à tarde", "à noite", "à direita", etc., que indicam circunstâncias de tempo, modo, ou lugar.

Alternativa B: Regência Verbal

Comentário: Correta. O verbo "dizer" exige a preposição "a" para indicar o destinatário da fala ("à Reuters"). O nome "Reuters" é tratado como feminino, e a crase ocorre pela combinação da preposição "a" com o artigo feminino implícito, resultando em "à Reuters". Portanto, o uso da crase é justificado pela regência verbal.

Alternativa C: Locução Prepositiva

Comentário: Incorreta. A crase não está sendo usada em uma locução prepositiva, que envolve expressões como "à medida que", "à espera de", etc. Nesse caso, estamos lidando com uma regência verbal.

Alternativa D: Regência Nominal

Comentário: Incorreta. A regência nominal ocorre quando um substantivo, adjetivo ou advérbio exige um complemento preposicionado, o que não é o caso aqui. A crase é causada pela regência verbal do verbo "dizer", e não por regência nominal.

Alternativa E: Presença de Oração Subordinada

Comentário: Incorreta. O uso da crase não se justifica pela presença de uma oração subordinada. O que ocorre é a exigência de preposição pelo verbo "dizer" (regência verbal).

10) RESPOSTA LETRA D

Análise das afirmativas:

1. A abreviatura utilizada para os documentos dirigidos ao Presidente da República é "V. Exa."

Falsa. A abreviatura "V. Exa." é usada para tratar autoridades de alto escalão, como ministros, senadores, e governadores, mas o tratamento destinado ao Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Presidente da República", sem o uso de abreviação. Portanto, a abreviatura "V. Exa." não é correta para o Presidente da República.

2. O vocativo utilizado para os documentos dirigidos ao Vice-Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República".

Falsa. O correto vocativo para o Vice-Presidente da República é "Senhor Vice-Presidente da República", sem o uso de "Excelentíssimo". A palavra "Excelentíssimo" é reservada apenas para o Presidente da República.

3. O tratamento no corpo do texto utilizado nos documentos dirigidos ao Senador da República é "Vossa Excelência".

Verdadeira. O tratamento correto para senadores no corpo do texto é "Vossa Excelência", e sua forma abreviada é "V. Exa.", que é comumente usada no corpo do texto em correspondências formais.

4. Não é utilizada abreviatura nos documentos dirigidos ao Presidente do Congresso Nacional.

Verdadeira. O tratamento destinado ao Presidente do Congresso Nacional (que é também o Presidente do Senado) não costuma usar abreviações formais em documentos oficiais, especialmente no endereçamento e no vocativo. O tratamento adequado é "Senhor Presidente do Congresso Nacional" ou "Senhor Presidente do Senado", sem abreviação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11) RESPOSTA LETRA A

Alternativa A:

"A conjunção é a operação que relaciona duas proposições, independente se estão na forma negativa ou afirmativa."

Comentário: Correta. A conjunção é a operação lógica que une duas proposições por meio do conectivo "e". O resultado da conjunção será verdadeiro somente se ambas as proposições forem verdadeiras, independentemente de estarem na forma negativa ou afirmativa. Se uma das proposições for falsa, a conjunção será falsa. Portanto, a afirmativa está correta, pois a forma negativa ou afirmativa das proposições não altera o funcionamento da operação.

Alternativa B:

"A disjunção é a operação que apresenta a validade de uma proposição em detrimento da outra, quando esta última for negativa."

Comentário: Incorreta. A disjunção (ou) é verdadeira se pelo menos uma das proposições for verdadeira, independentemente de uma ser negativa ou não. A disjunção não envolve uma relação de "validade em detrimento da outra".

Alternativa C:

"A negação corresponde à operação lógica que classifica uma proposição como falsa, quando seu condicionante for verdadeiro."

Comentário: Incorreta. A negação inverte o valor lógico da proposição: se uma proposição é verdadeira, sua negação será falsa, e vice-versa. Não há relação de "condicionante" na negação, é apenas a inversão do valor lógico.

Alternativa D:

"A condicionalidade é a operação lógica que relaciona duas proposições, de modo que para uma ser verdadeira a outra necessariamente precisa ser falsa."

Comentário: Incorreta. Na condicional (ou implicação, do tipo "se... então..."), a proposição só é falsa quando a primeira (antecedente) é verdadeira e a segunda (consequente) é falsa. Para que a condicional seja verdadeira, não é necessário que uma proposição seja verdadeira e a outra falsa.

Alternativa E:

"A bicondicionalidade é a operação lógica em que para uma proposição ser válida, ela necessita de duas proposições condicionantes afirmativas."

Comentário: Incorreta. A bicondicional (ou equivalência) é verdadeira quando ambas as proposições têm o mesmo valor lógico (ou ambas são verdadeiras, ou ambas são falsas), e não necessariamente afirmativas. A validade da bicondicional depende da igualdade de valores de verdade, não do fato de serem afirmativas.

Gabarito: Alternativa A

Comentário final: A Alternativa A está correta porque descreve a conjunção como a operação que relaciona duas proposições, independentemente de estarem na forma negativa ou afirmativa. O que importa para a conjunção é o valor de verdade das proposições, e ela será verdadeira somente quando ambas forem verdadeiras.

12) RESPOSTA LETRA D

“Se Maria gosta de carrinhos (F), então Manuela não gosta de boneca”(F) = V

“se Manuela não gosta de boneca (F), então Samuel gosta de pipa”(F) = V

“Samuel não gosta de pipa” (V)

Logo, Maria não gosta de carrinhos

Manuela gosta de boneca

Samuel não gosta de pipa

Gabarito: D (Maria não gosta de carrinhos e Manuela gosta de boneca)

13) RESPOSTA LETRA D

Para que a sentença seja verdadeira, é necessário encontrar um número que:

1. Seja par (divisível por 2).
2. Não seja divisível por 5 (ou seja, o resto da divisão por 5 não pode ser zero).

Para que a sentença seja falsa, todos os números apresentados na alternativa devem falhar em satisfazer essas condições. Ou seja, não pode haver nenhum número par que não seja divisível por 5.

Agora vamos analisar cada alternativa:

Alternativa A: 21, 22, 23, 24, 25.

22: é par e não é divisível por 5.

Comentário: Como existe um número (22) que satisfaz as condições, a sentença é verdadeira neste caso.

Alternativa B: 35, 36, 37, 38, 39.

36: é par e não é divisível por 5.

Comentário: Como existe um número (36) que satisfaz as condições, a sentença é verdadeira nesta alternativa.

Alternativa C: 25, 26, 35, 36, 40.

26: é par e não é divisível por 5.

Comentário: Como existe um número (26) que satisfaz as condições, a sentença é verdadeira nesta alternativa.

Alternativa D: 50, 51, 53, 55, 57.

Todos os números pares presentes (50 e 55) são divisíveis por 5.

Comentário: Como não há nenhum número par que não seja divisível por 5, a sentença é falsa nesta alternativa.

Alternativa E: 52, 53, 54, 55, 56.

52: é par e não é divisível por 5.

Comentário: Como existe um número (52) que satisfaz as condições, a sentença é verdadeira nesta alternativa.

Gabarito: Alternativa D

Comentário final: Na alternativa D, não há nenhum número par que não seja divisível por 5, o que torna a sentença falsa. Por isso, a resposta correta é a Alternativa D.

14) RESPOSTA LETRA D

Informações fornecidas:

- Total de alunos: 35
- 3 alunos votariam em A, B e C.
- 2 alunos votariam apenas em A e B.
- 3 alunos votariam apenas em B e C.
- 1 aluno votaria apenas em A e C.
- 5 alunos votariam somente em A.

WWW.CUCABSB.COM.BR



61982586565

- 10 alunos votariam somente em B.
- 7 alunos votariam somente em C.

Etapas de solução:

1. Soma de alunos que expressaram preferência:

Alunos que votam nos três candidatos: 3

Alunos que votam apenas em A e B: 2

Alunos que votam apenas em B e C: 3

Alunos que votam apenas em A e C: 1

Alunos que votam somente em A: 5

Alunos que votam somente em B: 10

Alunos que votam somente em C: 7

2. Soma total de alunos que expressaram voto:

Total = 3 (A, B e C) + 2 (A e B) + 3 (B e C) + 1 (A e C) + 5 (somente A) + 10 (somente B) + 7 (somente C)

Total = 31 alunos.

3. Cálculo de alunos que não quiseram opinar:

O total de alunos na turma é 35.

Alunos que expressaram voto: 31.

Alunos que não quiseram opinar = 35 - 31 = 4.

Resposta correta: Alternativa D: 4 alunos não quiseram opinar.

15) RESPOSTA LETRA D

A fórmula para a combinação é:

$$C(n, k) = \frac{n!}{k!(n - k)!}$$

Onde:

- **n** é o número total de inscritos ($n = 12$),
- **k** é o número de integrantes a serem escolhidos ($k = 5$),
- **!** indica fatorial (exemplo: $5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$).

Substituindo os valores na fórmula:

$$C(12, 5) = \frac{12!}{5!(12 - 5)!} = \frac{12!}{5!7!}$$

Agora, vamos calcular:

$$12! = 12 \times 11 \times 10 \times 9 \times 8 \times 7!$$

Cancelamos o **7!** no numerador e no denominador:

$$C(12, 5) = \frac{12 \times 11 \times 10 \times 9 \times 8}{5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1}$$

$$C(12, 5) = \frac{95040}{120} = 792$$

Portanto, o número de maneiras diferentes de mar a equipe é **792**.

INFORMÁTICA

16) RESPOSTA LETRA D

Editor de apresentação

Powerpoint = pptx

Editor de planilhas

Excel = xlsx

Editor de texto

Word = docx

17) RESPOSTA LETRA A

Gabarito comentado:

- Item 1 (Vírus): Incorreto. Um vírus não se replica automaticamente pela rede; ele precisa ser ativado por interação do usuário, ao contrário do worm.
- Item 2 (Worms): Correto. Worms são programas maliciosos que se replicam automaticamente através de redes, sem necessidade de um arquivo hospedeiro.
- Item 3 (Phishing): Correto. Phishing é uma técnica de engenharia social que engana os usuários para que forneçam informações confidenciais através de falsos e-mails ou sites.
- Item 4 (Ransomware): Incorreto. Ransomware não tem como principal objetivo o roubo de dados para venda, mas sim criptografar os arquivos e exigir um resgate para desbloqueá-los.
- Item 5 (Botnets): Correto. Botnets são redes de computadores infectados e controlados remotamente por atacantes para realizar atividades maliciosas, como ataques distribuídos de negação de serviço (DDoS).

18) RESPOSTA LETRA D

A questão aborda uma tecnologia que permite às empresas oferecer serviços via web para clientes e fornecedores com autenticação segura, além de possibilitar o compartilhamento de dados, serviços e aplicações. Agora vamos analisar cada alternativa.

Alternativa A: Rede sem fio

Comentário: Incorreta. Embora as redes sem fio (Wi-Fi) sejam uma forma de conectar dispositivos, elas não são uma tecnologia específica para oferecer serviços via web com autenticação segura para clientes e fornecedores.

Alternativa B: Internet

Comentário: Incorreta. A Internet é a infraestrutura global que conecta redes, mas o foco da questão é em uma tecnologia que possibilite autenticação segura e serviços específicos para clientes e fornecedores. A Internet sozinha não define a solução proposta.

Alternativa C: Intranet

Comentário: Incorreta. A intranet é uma rede privada usada dentro de uma organização, acessível apenas por funcionários. Não é voltada para compartilhar serviços com clientes e fornecedores externos.

Alternativa D: Extranet

Comentário: Correta. A extranet é uma extensão da intranet que permite o acesso seguro a clientes, fornecedores ou parceiros externos por meio de autenticação, compartilhando serviços e informações de forma controlada. Isso corresponde exatamente ao que a questão descreve.

Alternativa E: FTP (File Transfer Protocol)

Comentário: Incorreta. O FTP é um protocolo de transferência de arquivos, não uma tecnologia que oferece serviços via web com autenticação segura e acesso a dados e aplicações para clientes e fornecedores.

19) RESPOSTA LETRA D.

1. Para (To): O destinatário principal do e-mail, que recebe a mensagem diretamente.
2. Cc (Com cópia): O destinatário que recebe uma cópia do e-mail, e todos os outros destinatários visíveis (tanto no "Para" quanto no "Cc") sabem que essa pessoa recebeu o e-mail.

WWW.CUCABSB.COM.BR



61982586565

3. Cco (Com cópia oculta): O destinatário que recebe uma cópia do e-mail, mas não aparece para os outros destinatários. Ou seja, ninguém (exceto o remetente) sabe que o destinatário em "Cco" recebeu o e-mail.

Analisando as opções:

Alternativa A: "M1 não sabe que M2 recebeu o e-mail."

Comentário: Incorreta. O destinatário em "Para" (M1) sabe que o destinatário em "Cc" (M2) recebeu o e-mail, já que a cópia para M2 é visível para todos.

Alternativa B: "M1 sabe que M3 recebeu o e-mail."

Comentário: Incorreta. O destinatário em "Cco" (M3) é oculto. Isso significa que M1 não sabe que M3 recebeu o e-mail.

Alternativa C: "M2 sabe que M3 recebeu o e-mail."

Comentário: Incorreta. O destinatário em "Cco" (M3) é oculto para todos os outros destinatários, inclusive para M2. Portanto, M2 não sabe que M3 recebeu o e-mail.

Alternativa D: "M3 não sabe que M2 recebeu o e-mail."

Comentário: Correta. M3, que está em "Cco", recebe o e-mail, mas não sabe quem está nos campos "Para" e "Cc". Portanto, M3 não sabe que M2 recebeu o e-mail.

Alternativa E: "M3 sabe que M1 recebeu o e-mail."

Comentário: Incorreta. Embora M3 receba o e-mail de forma oculta, ele não vê quem está nos campos "Para" e "Cc", então M3 não sabe que M1 recebeu o e-mail.

20) RESPOSTA LETRA B

Alternativa A: Incorreta. A assinatura simples e a avançada têm níveis de segurança diferentes. A assinatura avançada possui medidas de segurança mais robustas, mas nenhuma das duas é especificamente exigida para transações bancárias, sendo que geralmente essas transações utilizam assinaturas qualificadas.

Alternativa B: Correta. A assinatura qualificada exige o uso de um certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora, como definido nas normas do ICP-Brasil.

Alternativa C: Incorreta. A assinatura avançada permite a detecção de alterações no documento após a assinatura, o que é uma das suas características de segurança.

Alternativa D: Incorreta. A assinatura simples, embora possa ter validade jurídica em certos casos, não é suficiente para todos os tipos de contratos, especialmente os que exigem maior segurança e autenticação.

Alternativa E: Incorreta. A assinatura qualificada tem um nível de segurança mais alto que a assinatura avançada e exige certificação digital, enquanto a assinatura avançada não exige certificação digital.

ÉTICA

21) RESPOSTA LETRA B

A) Incorreta. Não são apenas os servidores de carreira que devem seguir o Código de Ética. O decreto abrange servidores de carreira e não de carreira, estagiários e terceirizados.

B) Correta. O decreto afirma que todos os servidores públicos, estagiários e terceirizados que prestam serviços na administração pública estadual estão sujeitos ao cumprimento das normas do Código de Ética.

C) Incorreta. O decreto não restringe sua aplicação apenas a estagiários e terceirizados. Ele também inclui os servidores públicos em geral.

D) Incorreta. Embora servidores comissionados vinculados ao Governador e Vice-Governador estejam incluídos, o decreto é mais abrangente e inclui todos os servidores públicos, estagiários e terceirizados.

E) Incorreta. O decreto inclui os presidentes de autarquias e fundações, mas também envolve um grupo maior de servidores, como descrito na alternativa B.

22) RESPOSTA LETRA C

A) Incorreta. "Agilidade" é uma qualidade desejada no servidor público, sendo valorizada para um atendimento mais eficiente e diligente.

B) Incorreta. "Imparcialidade" é uma qualidade desejada, especialmente em decisões que envolvem a administração pública, para garantir justiça e equidade.

C) Correta. "Irresponsabilidade" é uma qualidade indesejada, uma vez que envolve descumprimento de deveres e falta de comprometimento com as funções públicas.

D) Incorreta. "Transparência" é uma qualidade desejada para o servidor público, promovendo a clareza e confiança nas relações com os cidadãos.

E) Incorreta. "Honestidade" é um dos pilares do serviço público e é considerada uma qualidade desejada.

23) RESPOSTA LETRA B

A) Incorreta. O Comitê Setorial de Compliance Público pode auxiliar na apuração em certos casos, mas a apuração envolvendo integrantes da Alta Administração é de competência exclusiva da Câmara de Compliance do Conselho de Governo.

B) Correta. O Decreto afirma que a Câmara de Compliance do Conselho de Governo é responsável pela apuração de condutas de violação do Código de Ética dos integrantes da Alta Administração.

C) Incorreta. A Superintendência de Gestão Integrada tem outras atribuições, mas não é mencionada como responsável pela apuração de condutas de violação do Código.

D) Incorreta. A Secretaria de Estado da Administração não é mencionada no decreto como a entidade responsável por apurações envolvendo violações do Código de Ética.

E) Incorreta. O Conselho Estadual de Ética não é citado como a entidade responsável pela apuração das violações do Código de Ética da Alta Administração no Decreto nº 9.837/2021.

24) RESPOSTA LETRA D

A) Incorreta. O Decreto permite a consulta formal aos órgãos de assessoramento para auxiliar nas decisões, principalmente em casos mais complexos.

B) Incorreta. A avaliação das decisões com base nos princípios do art. 2º do Decreto é uma recomendação importante.

C) Incorreta. A consulta informal a assessores próximos é uma prática comum e recomendada para decisões de menor complexidade.

D) Correta. Não é mencionado que as consultas ao Governador são necessárias ou recomendadas em qualquer caso. Apenas em questões de alta complexidade envolvendo a Alta Administração é possível haver comunicação com o Governador.

E) Incorreta. O cuidado para evitar violações ao Código de Ética é um ponto central na tomada de decisões e faz parte do processo recomendado pelo Decreto.

25) RESPOSTA LETRA B

A) Incorreta. Desonestidade, irresponsabilidade e preguiça são qualidades indesejadas no servidor público, conforme o Decreto.

B) Correta. "Competência", "transparência" e "agilidade" são qualidades desejadas que visam promover um serviço público eficiente e comprometido com o bem comum.

C) Incorreta. Irresponsabilidade, negligência e arrogância são qualidades indesejadas para os servidores públicos.

D) Incorreta. "Parcialidade", "má vontade" e "incompetência" são qualidades opostas às desejadas no serviço público, e são citadas no Decreto como comportamentos a serem evitados.

E) Incorreta. Preguiça, procrastinação e negligência são comportamentos indesejados e prejudicam o bom funcionamento do serviço público.

REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS

26) RESPOSTA LETRA A

- A) **Mineração e pecuária.** - Correto. No final do século XVIII, a mineração foi o principal motor da economia de Goiás, com a pecuária como atividade de suporte, fornecendo alimentos e animais para a mineração.
- B) **Drogas do sertão e pau-brasil.** - Incorreto. As drogas do sertão e o pau-brasil foram mais importantes para a colonização do Norte do Brasil e litoral, respectivamente, e não estavam associados diretamente à formação de Goiás.
- C) **Café e borracha.** - Incorreto. O café se tornou relevante na economia brasileira no século XIX e a borracha teve seu auge no início do século XX, ambos sem relação com Goiás no final do século XVIII.
- D) **Cana-de-açúcar e cacau.** - Incorreto. A cana-de-açúcar foi uma atividade concentrada principalmente no Nordeste do Brasil, e o cacau se destacou na Bahia, sem importância econômica para Goiás nesse período.
- E) **Algodão e pimenta do reino.** - Incorreto. Essas atividades foram mais típicas de outras regiões, como o Maranhão e o Pará, sem relação com a formação econômica de Goiás no século XVIII.

27) RESPOSTA LETRA B

- A) **Expandir seus domínios agrícolas.** - Incorreto. Embora a expansão agrícola fosse importante, o foco inicial dos paulistas, especialmente as bandeiras, era o apresamento de índios e a busca de metais preciosos.
- B) **Cativar índios e buscar ouro.** - Correto. As bandeiras paulistas tinham como objetivo principal a captura de indígenas e a exploração mineral, especialmente o ouro, que motivou a interiorização e a ocupação de Goiás.
- C) **Fugir da dominação portuguesa.** - Incorreto. Os paulistas não estavam fugindo da dominação portuguesa; ao contrário, eles estavam promovendo a expansão da colônia para além do Tratado de Tordesilhas.
- D) **Expandir as fronteiras da colônia.** - Parcialmente correto. Embora a expansão territorial tenha sido uma consequência, o objetivo principal das bandeiras era a captura de índios e a busca por riquezas minerais.
- E) **Explorar o extrativismo vegetal.** - Incorreto. O extrativismo vegetal, como a exploração de pau-brasil ou outras "drogas do sertão", não foi a principal motivação para a expansão paulista no caso de Goiás.

28) RESPOSTA LETRA B

- A) **Construção de viadutos, duplicação de vias expressas, efetivação de linhas de integração.** - Incorreto. Embora a construção de viadutos e a duplicação de vias ajudem no trânsito, as linhas de integração e o BRT são medidas mais específicas para a mobilidade urbana.
- B) **Implantação de corredores exclusivos do transporte coletivo, ciclovias, ciclofaixas e a construção do BRT.** - Correto. Essas são medidas concretas do Plano de Mobilidade Urbana de Goiânia, visando melhorar o transporte coletivo e incentivar o uso de transportes não motorizados.
- C) **Construção de linha de metrô nos eixos norte-sul, implantação de corredores exclusivos do transporte coletivo.** - Incorreto. Goiânia não conta com uma linha de metrô; a implantação de corredores exclusivos é parte do plano, mas o metrô não é uma realidade.
- D) **Ampliação do serviço de transporte coletivo com a construção de corredores exclusivos.** - Incorreto. A ampliação do serviço é relevante, mas a alternativa não menciona outros pontos essenciais, como ciclovias e o BRT.
- E) **Ampliação do serviço de aplicativos de transporte facilitando o transporte de pessoas pela cidade.** - Incorreto. O uso de aplicativos de transporte é uma alternativa privada, mas não faz parte diretamente do Plano de Mobilidade Urbana de Goiânia, que se foca no transporte coletivo.

29) RESPOSTA LETRA A

- A) **Remanescentes de quilombos em Goiás, como o dos Kalungas, significaram a resistência do negro à escravidão.** - Correto. Quilombos como o dos Kalungas representam a resistência e a formação de comunidades autossuficientes por escravizados fugitivos em Goiás.
- B) **O trabalho escravo não foi utilizado na mineração, porque os proprietários temiam o roubo do ouro garimpado.** - Incorreto. O trabalho escravo foi amplamente utilizado na mineração, apesar dos riscos envolvidos, e foi essencial para a exploração do ouro.

C) A única manifestação cultural genuinamente negra em Goiás é o espetáculo das cavalhadas em Pirenópolis. - Incorreto. As Cavalhadas têm influências mouras e portuguesas, não sendo uma manifestação cultural exclusivamente negra.

D) Em Goiás, a escravidão negra não teve grande importância, uma vez que o índio adaptava-se melhor ao trabalho. - Incorreto. A escravidão negra foi bastante importante em Goiás, especialmente nas atividades mineradoras, apesar do uso também de mão de obra indígena.

E) Remanescentes de quilombos em Goiás, como o dos Kalungas, aliaram-se aos indígenas como resistência aos homens brancos. - Incorreto. Embora existissem interações entre quilombolas e indígenas, a afirmação de uma aliança formal não é historicamente precisa ou documentada.

30) RESPOSTA LETRA B

A) Baseia-se na área de abrangência dos elementos (naturais, econômicos, demográficos) utilizados como referência para seu estabelecimento, desconsiderando, portanto, os limites das unidades administrativas. - Incorreto. A regionalização do IBGE considera sim os limites das unidades administrativas, mesmo que esses critérios incluam fatores naturais e econômicos.

B) Corresponde a recortes espaciais definidos a partir de critérios (naturais, econômicos, sociais, entre outros) que permitem agrupar, numa região, locais com características semelhantes, separando-os dos demais. - Correto. A regionalização do IBGE utiliza diversos critérios para definir regiões com características semelhantes.

C) Representa as particularidades do estado de Goiás em relação ao contexto nacional, uma vez que utiliza critérios diferentes daqueles utilizados em outras regiões brasileiras. - Incorreto. O IBGE utiliza critérios padronizados para todas as regiões do país, incluindo Goiás.

D) Apresenta especificidade quanto à organização do espaço, uniformidade de atributos, auto-suficiência e unicidade em relação umas às outras. - Incorreto. As regiões não são necessariamente auto-suficientes ou uniformes em todos os atributos.

E) Apresenta características exclusivas das regiões onde a regionalização foi estabelecida. - Incorreto. A regionalização utiliza critérios comuns que são aplicados em diferentes estados, não apresentando características exclusivas em Goiás.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) RESPOSTA LETRA D

A questão pede para classificar a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e o Banco Central do Brasil (BACEN) quanto ao tipo de ente administrativo a que pertencem.

Vamos analisar cada órgão:

- ANCINE (Agência Nacional de Cinema): É uma agência reguladora criada pelo governo federal para regular, fomentar e fiscalizar o mercado de audiovisual no Brasil. Agências reguladoras são exemplos de administração indireta, uma vez que são autarquias especiais que, embora pertencentes ao Estado, possuem personalidade jurídica própria.
- BACEN (Banco Central do Brasil): O Banco Central é uma autarquia federal responsável pela política monetária e pelo controle do sistema financeiro. Como autarquia, também pertence à administração indireta.

Agora vamos analisar as alternativas:

Alternativa A: "da administração direta."

Comentário: Incorreta. A administração direta é composta pelos órgãos do governo central (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), como ministérios e secretarias. Tanto a ANCINE quanto o BACEN são autarquias, que fazem parte da administração indireta.

Alternativa B: "da administração funcional e indireta, respectivamente."

Comentário: Incorreta. O conceito de "administração funcional" não é correto nesse contexto. Ambos, tanto a ANCINE quanto o BACEN, pertencem à administração indireta.

Alternativa C: "da administração funcional."

Comentário: Incorreta. Novamente, o termo "administração funcional" não é apropriado para definir a natureza jurídica de autarquias como a ANCINE e o BACEN.

Alternativa D: "da administração indireta."

Comentário: Correta. Tanto a ANCINE quanto o BACEN são autarquias que pertencem à administração indireta, pois possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa.

Alternativa E: "da administração direta e indireta, respectivamente."

Comentário: Incorreta. A ANCINE pertence à administração indireta, e o BACEN também. Não há divisão entre administração direta e indireta nesse caso.

32) RESPOSTA LETRA B

A questão pede para diferenciar **contratos administrativos** e **contratos privados da administração pública**, que são tipos de contratos celebrados pela administração pública, mas sob regimes jurídicos distintos.

Vamos analisar os conceitos:

1. **Contratos Administrativos:** São contratos celebrados pela administração pública que seguem o **regime de direito público**, ou seja, a administração tem prerrogativas e sujeições específicas, como a possibilidade de modificar unilateralmente o contrato ou rescindi-lo. Estão sujeitos a princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, e devem obedecer ao interesse público.

2. **Contratos Privados da Administração Pública:** São contratos celebrados pela administração pública, mas que se submetem ao **regime de direito privado**. Eles não envolvem as prerrogativas típicas de contratos administrativos e são utilizados em situações em que a administração atua como um particular, sem necessidade de usar sua autoridade especial. Um exemplo comum é a aquisição ou locação de imóveis.

Agora, vamos analisar as alternativas:

Alternativa A: "contratos administrativos somente se formalizam por meio de licitação pública, enquanto contratos privados da administração pública, não."

Comentário: Incorreta. A licitação é uma regra geral para contratos da administração pública, tanto para contratos administrativos quanto para contratos privados, salvo exceções previstas na lei. Portanto, esta alternativa não está correta, pois a licitação pode ser exigida em ambos os tipos de contrato.

Alternativa B: "contratos administrativos observam o regime de direito público, enquanto contratos privados da administração pública, o regime de direito privado."

Comentário: Correta. Esta é a diferenciação principal entre os dois tipos de contrato. Contratos administrativos estão submetidos ao regime de direito público, com suas prerrogativas e sujeições específicas, enquanto os contratos privados seguem as regras de direito privado.

Alternativa C: "contratos privados da administração pública somente se formalizam por meio de licitação pública, enquanto contratos administrativos, não."

Comentário: Incorreta. Como mencionado anteriormente, a licitação pode ser exigida tanto para contratos administrativos quanto para contratos privados da administração pública, portanto, essa alternativa está incorreta.

Alternativa D: "contratos administrativos observam o regime de direito privado, enquanto contratos privados da administração pública, o regime de direito público."

Comentário: Incorreta. Essa alternativa está invertida. Contratos administrativos seguem o regime de direito público, enquanto contratos privados da administração pública seguem o regime de direito privado.

Alternativa E: "em contratos administrativos o consumidor é a administração, enquanto nos contratos privados da administração pública, o consumidor é o particular."

Comentário: Incorreta. Essa afirmação não corresponde à distinção correta entre os dois tipos de contrato. A administração pública pode ser a contratante ou contratada em ambos os tipos de contrato, e essa alternativa traz um conceito errado de "consumidor".

33) RESPOSTA LETRA C

Alternativa A: "O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de quinze por cento da receita do Município."

Comentário: Incorreta. A Constituição Federal, no artigo 29, inciso VII, estabelece que o total da despesa com a remuneração dos vereadores não pode ultrapassar 5% da receita do município. Portanto, o valor de 15% mencionado na alternativa está incorreto.

Alternativa B: "O julgamento do prefeito deverá ser feito perante o Superior Tribunal de Justiça."

Comentário: Incorreta. O julgamento do prefeito, nos crimes comuns, é feito perante o Tribunal de Justiça do Estado, conforme o artigo 29, inciso X, da Constituição Federal. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não é o tribunal competente para julgar prefeitos em crimes comuns.

Alternativa C: "A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores."

Comentário: Correta. A Constituição Federal, no artigo 29-A, inciso I, estabelece que o total da despesa da Câmara Municipal, incluindo o subsídio dos vereadores, não pode ultrapassar 70% de sua receita. Portanto, essa alternativa está de acordo com a Constituição.

Alternativa D: "As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte."

Comentário: Incorreta. A Constituição Federal, no artigo 31, § 3º, estabelece que as contas dos Municípios devem ficar à disposição dos contribuintes por 60 dias, e não por 90 dias, como mencionado na alternativa.

Alternativa E: "O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal."

Comentário: Incorreta. A Constituição Federal, no artigo 31, § 2º, dispõe que o parecer prévio emitido pelo órgão competente só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. O quórum mencionado na alternativa (um terço) está incorreto.

34) RESPOSTA LETRA D

Alternativa A: "Terras devolutas."

Comentário: Incorreta. As terras devolutas são bens dominicais, ou seja, terras públicas que não têm destinação específica e pertencem ao Estado (União, Estados ou Municípios). Elas são consideradas bens públicos.

Alternativa B: "Plataforma continental."

Comentário: Incorreta. A plataforma continental é uma extensão do território brasileiro sob o mar, sobre a qual o país exerce direitos de exploração. De acordo com a Constituição Federal, é considerada um bem público da União (art. 20, inciso VI).

Alternativa C: "Terras ocupadas pelos índios."

Comentário: Incorreta. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, conforme a Constituição Federal (art. 20, inciso XI). Portanto, também são consideradas bens públicos.

Alternativa D: "Florestas públicas e particulares."

Comentário: Correta. As florestas públicas são bens públicos, pertencentes ao Estado, mas as florestas particulares não são. Florestas particulares pertencem a indivíduos ou empresas privadas, não sendo, portanto, bens públicos. Como a alternativa menciona tanto florestas públicas quanto florestas particulares, ela está correta ao afirmar que florestas particulares não constituem bens públicos.

Alternativa E: "Faixa de fronteiras."

Comentário: Incorreta. A faixa de fronteiras, definida como uma área de até 150 km ao longo das fronteiras terrestres do Brasil, é considerada um bem público da União, conforme o art. 20, inciso II, da Constituição Federal.

35) RESPOSTA LETRA B

A questão pede para identificar quais órgãos públicos estão subordinados ao regime da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Esta lei regulamenta o acesso à informação pública no Brasil, estabelecendo que o poder público deve garantir a transparência e o acesso às informações por parte da população.

Agora, vamos analisar cada alternativa:

Alternativa A: "da administração direta, apenas."

Comentário: Incorreta. A Lei de Acesso à Informação abrange tanto a administração pública direta quanto indireta, e não apenas a administração direta. Além disso, outras entidades também são subordinadas à lei.

Alternativa B: "da administração pública direta e indireta, além das entidades privadas sem fins lucrativos quanto à parcela dos recursos públicos recebidos para a realização de ações de interesse público."

Comentário: Correta. De acordo com a Lei n.º 12.527/2011, estão subordinados ao regime da lei os órgãos da administração pública direta e indireta de todos os Poderes, além das entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realizar ações de interesse público. Isso inclui a parcela de recursos que essas entidades utilizam na execução de políticas públicas.

Alternativa C: "dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, excetuados os tribunais de contas e o Ministério Público."

Comentário: Incorreta. A Lei de Acesso à Informação também se aplica aos tribunais de contas e ao Ministério Público. Eles não estão excluídos da aplicação da lei, logo essa alternativa está incorreta.

Alternativa D: "da administração indireta, apenas."

Comentário: Incorreta. Assim como a administração direta, a administração indireta também está subordinada à Lei de Acesso à Informação. No entanto, não é a única subordinada; a administração direta e outras entidades também estão incluídas.

Alternativa E: "da administração indireta, e dos Poderes Executivo e Legislativo, do Ministério Público, excetuados os tribunais de contas e o Poder Judiciário."

Comentário: Incorreta. A Lei de Acesso à Informação se aplica aos tribunais de contas e ao Poder Judiciário, assim como ao Ministério Público e aos Poderes Executivo e Legislativo. Portanto, excluir esses órgãos, como faz a alternativa, torna a afirmação incorreta.

Gabarito: Alternativa B: da administração pública direta e indireta, além das entidades privadas sem fins lucrativos quanto à parcela dos recursos públicos recebidos para a realização de ações de interesse público.

Comentário final: A alternativa B está correta porque a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) se aplica a todos os órgãos da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos. As demais alternativas contêm exclusões indevidas ou limitações que não estão de acordo com a abrangência da lei.

36) RESPOSTA LETRA E

Alternativa A: "Integridade."

Comentário: Incorreta. Embora a integridade seja importante para garantir que a informação permaneça completa e não seja alterada, a integridade não se refere especificamente à origem ou à coleta direta da informação da fonte.

Alternativa B: "Disponibilidade."

Comentário: Incorreta. Disponibilidade diz respeito ao acesso à informação, ou seja, se ela está disponível para quem tem o direito de acessá-la. Isso não se refere à coleta direta da informação na fonte.

Alternativa C: "Autenticidade."

Comentário: Incorreta. Autenticidade trata da veracidade e confiança de que a informação é verdadeira, mas não se refere diretamente ao fato de a informação ser coletada na fonte ou ser uma versão original.

Alternativa D: "Publicidade."

Comentário: Incorreta. Publicidade está relacionada ao princípio de tornar públicas as informações e não ao fato de que a informação foi coletada diretamente da fonte com o máximo de detalhamento.

Alternativa E: "Primariedade."

Comentário: Correta. A primariedade se refere à informação que foi coletada diretamente da fonte, sem modificações, com o máximo de detalhamento possível. A informação primária é aquela que ainda não passou por nenhum tipo de processamento ou alteração, sendo fornecida em seu estado original.

37) RESPOSTA LETRA E

A questão trata de um aspecto relacionado à Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O enunciado menciona a criação de setores especializados para o controle e transparência das atividades dos órgãos de segurança pública e questiona qual órgão deve ser acionado para relatar elogios ou irregularidades de profissionais da área de segurança.

Vamos agora analisar as alternativas.

Alternativa A: "Agência Central do Tudo Fácil."

Comentário: Incorreta. Não existe uma "Agência Central do Tudo Fácil" relacionada ao Sistema Único de Segurança Pública ou à função de relatar irregularidades ou elogios. Essa alternativa não corresponde a nenhum órgão previsto na Lei nº 13.675/2018.

Alternativa B: "Consultoria Geral."

Comentário: Incorreta. A "Consultoria Geral" também não é o órgão responsável por relatar irregularidades ou elogios em relação a profissionais da segurança pública. O papel de uma consultoria está mais relacionado a dar orientações jurídicas ou administrativas e não ao controle de irregularidades.

Alternativa C: "Controladoria."

Comentário: Incorreta. A Controladoria tem funções voltadas ao controle interno e à fiscalização das contas e da gestão pública. Embora esteja envolvida na transparência e controle, ela não é especificamente o órgão para relatar fatos como elogios ou irregularidades de profissionais de segurança pública.

Alternativa D: "Contadoria."

Comentário: Incorreta. A Contadoria tem função específica de natureza contábil e financeira, cuidando da gestão de recursos e prestação de contas. Ela não está envolvida com o processo de relatar ações de segurança pública, como elogios ou irregularidades de profissionais.

Alternativa E: "Ouvidoria."

Comentário: Correta. A Ouvidoria é o órgão responsável por receber e encaminhar manifestações de cidadãos, sejam elas elogios, críticas, sugestões ou denúncias sobre irregularidades. A Lei nº 13.675/2018 prevê que as ouvidorias têm um papel importante no controle e na transparência das ações dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, garantindo a participação da sociedade e o acompanhamento das atividades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

38) RESPOSTA LETRA E

Alternativa A: "Aos autores pertence o direito exclusivo e perpétuo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros."

Comentário: Incorreta. Embora o artigo 5º da Constituição Federal assegure o direito dos autores sobre suas obras, esse direito não é perpétuo. A Constituição prevê que o direito dos autores dura por um período limitado (geralmente até 70 anos após a morte do autor, conforme a legislação de direitos autorais). Após esse período, a obra cai em domínio público.

Alternativa B: "A criação de associações e de cooperativas depende de autorização estatal."

Comentário: Incorreta. O artigo 5º, inciso XVIII, da Constituição assegura que a criação de associações independe de autorização estatal. No entanto, a atuação dessas associações pode ser restringida se tiver fins ilícitos, mas a criação em si é livre.

Alternativa C: "As entidades associativas, independentemente de autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente."

Comentário: Incorreta. O artigo 5º, inciso XXI, estabelece que as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, mas isso exige autorização expressa de seus filiados. Portanto, essa alternativa está incorreta ao afirmar que a autorização não é necessária.

Alternativa D: "Ninguém pode, em nenhuma hipótese, ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política."

Comentário: Incorreta. O artigo 5º, inciso VIII, da Constituição Federal prevê que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, exceto se essas convicções invocadas forem para eximir-se de obrigação legal a todos imposta (como, por exemplo, o cumprimento do serviço militar obrigatório), caso em que a pessoa pode ser obrigada a prestar uma alternativa legal.

Alternativa E: "Os direitos e garantias expressos na Constituição da República não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."

Comentário: Correta. O artigo 5º, §2º, da Constituição estabelece que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou daqueles previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte. Essa é a alternativa correta, pois reflete com precisão o conteúdo do dispositivo constitucional.]

39) RESPOSTA LETRA D

Analisando o artigo 5º, inciso LI, da Constituição Federal:

"Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

- Brasileiros natos nunca podem ser extraditados.
- Brasileiros naturalizados podem ser extraditados:
 - Por crime comum praticado depois da naturalização.
 - Por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, independentemente de quando o crime foi praticado.

Agora, vamos analisar as alternativas:

Alternativa A:

"O naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Comentário: Esta alternativa descreve corretamente o primeiro caso, mas não está completamente correta. O naturalizado também pode ser extraditado por tráfico ilícito de entorpecentes, independentemente de quando o crime foi cometido, não só depois da naturalização. Assim, a alternativa deixa de mencionar um ponto importante.

Alternativa B:

"O nato e o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Comentário: Incorreta. Brasileiros natos nunca podem ser extraditados, independentemente do crime ou do momento em que ele foi cometido. Apenas brasileiros naturalizados podem ser extraditados.

Alternativa C:

"O nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Comentário: Incorreta. Como já mencionado, brasileiros natos não podem ser extraditados em nenhuma hipótese, seja por crime comum ou tráfico de entorpecentes.

Alternativa D:

"O naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Comentário: Correta. A extradição de brasileiros naturalizados por crime comum só é permitida se o crime foi cometido depois da naturalização. No entanto, por envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, a extradição

é permitida independentemente de quando o crime foi praticado, mesmo que tenha sido antes da naturalização. Portanto, essa alternativa está correta ao mencionar tanto o momento do crime comum quanto o tráfico ilícito de entorpecentes.

Alternativa E:

"O naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, mas nunca quando comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei."

Comentário: Incorreta. Um naturalizado não pode ser extraditado por crimes comuns praticados antes da naturalização, mas pode ser extraditado por tráfico ilícito de entorpecentes, mesmo que o crime tenha ocorrido antes da naturalização.

40) RESPOSTA LETRA A

A questão pede para identificar quais ações são **necessariamente gratuitas**, de acordo com o texto constitucional. A gratuidade dessas ações é prevista no **artigo 5º da Constituição Federal**.

Definições importantes:

- **Habeas corpus**: É a ação usada para proteger o direito de locomoção (liberdade de ir e vir) contra ilegalidade ou abuso de poder. **É sempre gratuito**, conforme o artigo 5º, inciso LXXVII, da Constituição.
- **Habeas data**: Garante o acesso a informações pessoais registradas em bancos de dados governamentais ou de caráter público. Também é **gratuito**, conforme o artigo 5º, inciso LXXVII.
- **Mandado de segurança**: Protege direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**. Não é necessariamente gratuito.
- **Mandado de injunção**: Garante direitos que não podem ser exercidos por ausência de norma regulamentadora. Não é gratuito por natureza.
- **Ação popular**: É o instrumento utilizado para anular atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa. **Não é necessariamente gratuita**, mas é isenta de custas judiciais em caso de improcedência, conforme artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição.

Agora, vamos analisar as alternativas:

Alternativa A: "habeas corpus e habeas data."

Comentário: Correta. Tanto o habeas corpus quanto o habeas data são ações garantidas pela Constituição como sendo **necessariamente gratuitas**, conforme o artigo 5º, inciso LXXVII.

Alternativa B: "mandado de segurança e mandado de injunção."

Comentário: Incorreta. Nem o mandado de segurança nem o mandado de injunção são ações necessariamente gratuitas. Elas podem envolver custos, exceto em situações específicas.

Alternativa C: "habeas corpus e ação popular."

Comentário: Incorreta. O habeas corpus é gratuito, mas a ação popular não é necessariamente gratuita, embora seja isenta de custas em caso de improcedência.

Alternativa D: "habeas corpus e mandado de segurança."

Comentário: Incorreta. O habeas corpus é gratuito, mas o mandado de segurança não é necessariamente gratuito.

Alternativa E: "mandado de segurança e ação popular."

Comentário: Incorreta. Nenhuma das duas ações (mandado de segurança e ação popular) é necessariamente gratuita.

41) RESPOSTA LETRA A

A questão trata da **irredutibilidade do salário** garantida pela **Constituição Federal de 1988**, conforme o artigo 7º, inciso VI. De acordo com a Constituição, a irredutibilidade do salário é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, **salvo exceção prevista em convenção ou acordo coletivo**.

Definições:

- **Convenção coletiva:** Instrumento de negociação coletiva celebrado entre sindicatos de empregadores e sindicatos de trabalhadores, que pode dispor sobre diversos aspectos, incluindo a **possibilidade de redução salarial**.
- **Acordo coletivo:** Instrumento de negociação coletiva firmado entre o sindicato dos trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas, que também pode prever a **redução salarial**.
- **Comprovado estado de necessidade do empregador:** Embora o estado de necessidade do empregador possa justificar certas flexibilizações no contrato de trabalho, ele **não** é uma exceção prevista pela Constituição para permitir a redução do salário. A redução salarial só pode ocorrer por **convenção coletiva** ou **acordo coletivo**.

Agora, vamos analisar as assertivas:

Assertiva I – Convenção coletiva.

Correta. A **Convenção coletiva** pode prever a redução salarial, conforme disposto no artigo 7º, inciso VI, da Constituição.

Assertiva II – Acordo coletivo.

Correta. O **Acordo coletivo** também pode estabelecer a redução do salário, desde que seja negociado entre o sindicato dos trabalhadores e o empregador, conforme a Constituição.

Assertiva III – Comprovado estado de necessidade do empregador.

Incorreta. A **Constituição** não prevê a redução do salário simplesmente por estado de necessidade do empregador. A redução só é possível por meio de **convenção coletiva** ou **acordo coletivo**.

Analisando as alternativas:

Alternativa A: "I e II."

Correta. Tanto a **Convenção coletiva** quanto o **Acordo coletivo** são instrumentos que podem prever a redução salarial, conforme a Constituição.

Alternativa B: "II e III."

Incorreta. Embora o **Acordo coletivo** permita a redução salarial, o estado de necessidade do empregador não é um fundamento previsto pela Constituição para a redução do salário.

Alternativa C: "I e III."

Incorreta. A **Convenção coletiva** permite a redução salarial, mas o estado de necessidade do empregador não.

Alternativa D: "II."

Incorreta. Embora o **Acordo coletivo** permita a redução salarial, a **Convenção coletiva** também é uma forma válida de prever essa redução.

Alternativa E: "I, II e III."

Incorreta. O estado de necessidade do empregador não é uma exceção prevista pela Constituição para a redução salarial.

42) RESPOSTA LETRA C

A questão pede para identificar qual é a polícia competente para apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, de acordo com a Constituição Federal.

Vamos analisar as funções de cada uma das polícias mencionadas nas alternativas:

Alternativa A: "Polícia Civil do Distrito Federal."

Comentário: **Incorreta.** A Polícia Civil do Distrito Federal é responsável pela apuração de infrações penais no âmbito do Distrito Federal, mas sua competência não inclui apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens e serviços da União. Essa função é atribuída a outro órgão.

Alternativa B: "Polícia Militar do Distrito Federal."

Comentário: Incorreta. A Polícia Militar do Distrito Federal atua na preservação da ordem pública, e não na apuração de infrações penais. A função de apurar infrações penais é exercida pelas polícias civis ou pela polícia federal, dependendo da natureza da infração.

Alternativa C: "Polícia Federal."

Comentário: Correta. De acordo com o artigo 144, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, cabe à Polícia Federal apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União. A Polícia Federal é o órgão responsável pela investigação de crimes que afetam interesses da União ou que têm repercussão nacional ou internacional.

Alternativa D: "Polícia Rodoviária Federal."

Comentário: Incorreta. A Polícia Rodoviária Federal é responsável pelo patrulhamento das rodovias federais e pela preservação da segurança nessas estradas. Ela não tem competência para apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens e serviços da União.

Alternativa E: "Polícia Penal da União."

Comentário: Incorreta. A Polícia Penal tem como atribuição a segurança de estabelecimentos penais e não a apuração de infrações penais. A Polícia Penal foi recentemente instituída para atuar na guarda, vigilância e custódia de presos.

Gabarito: Alternativa C: Polícia Federal.

DIREITO PENAL

43) RESPOSTA LETRA D

Afirmação I:

"O crime de homicídio é privilegiado se praticado sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima."

Comentário: Correta. De acordo com o artigo 121, § 1º, do Código Penal, o homicídio pode ser privilegiado se cometido sob o domínio de violenta emoção, após injusta provocação da vítima. Nesse caso, há uma atenuação da pena, pois o agente estava emocionalmente abalado e reagiu a uma situação provocada pela própria vítima.

Afirmação II:

"As qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio são incompatíveis entre si, de modo que é vedado sua imputação simultânea, sob pena de bis in idem."

Comentário: Incorreta. As qualificadoras de motivo torpe e feminicídio não são incompatíveis e podem ser aplicadas conjuntamente no mesmo crime. O motivo torpe refere-se à motivação imoral ou desprezível do homicídio, enquanto o feminicídio trata do homicídio cometido contra a mulher em razão de sua condição de sexo feminino. Portanto, as duas qualificadoras podem coexistir sem configurar bis in idem, pois tratam de circunstâncias distintas.

Afirmação III:

"O homicídio é qualificado se praticado com o emprego de arma de fogo."

Comentário: Incorreta. O uso de arma de fogo, por si só, não qualifica o homicídio. O homicídio qualificado ocorre quando há circunstâncias específicas descritas no artigo 121, § 2º, do Código Penal, como motivo torpe, meio cruel, ou mediante emboscada. O simples uso de arma de fogo pode aumentar a gravidade do crime, mas não o qualifica.

44) RESPOSTA LETRA E

Alternativa A: "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixe de considerar crime, preservando-se, contudo, os efeitos da sentença penal transitada em julgado."

Comentário: Incorreta. De acordo com o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, previsto no artigo 5º, XL, da Constituição Federal e no artigo 2º do Código Penal, se uma lei posterior deixar de considerar um fato como crime, essa nova lei retroagirá, ou seja, os efeitos da sentença penal transitada em julgado devem ser

revistos. Isso inclui a extinção dos efeitos da sentença, como pena e antecedentes criminais. Portanto, a lei posterior que deixa de considerar crime um fato impede a punição e também extingue os efeitos de uma condenação.

Alternativa B: "Considera-se praticado o crime no momento em que seja concretizado o seu resultado."

Comentário: Incorreta. De acordo com o artigo 4º do Código Penal, o crime considera-se praticado no momento da ação ou omissão e não no momento do resultado. Isso é chamado de teoria da atividade, que define que a data relevante para a aplicação da lei penal é a do comportamento (ação ou omissão) do agente, independentemente de quando o resultado ocorrer.

Alternativa C: "A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime."

Comentário: Incorreta. Segundo o artigo 8º do Código Penal, a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, mediante abatimento na pena aqui aplicada pelo tempo de cumprimento da pena no exterior. Isso ocorre em situações de extraterritorialidade da lei penal.

Alternativa D: "É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada, desde que não estejam em voo no espaço aéreo brasileiro."

Comentário: Incorreta. A lei penal brasileira não se aplica a crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada quando não estão em voo no espaço aéreo brasileiro. A lei brasileira se aplica somente aos crimes cometidos no espaço aéreo brasileiro ou a bordo de aeronaves brasileiras (ainda que fora do território nacional), conforme previsto no artigo 5º do Código Penal.

Alternativa E: "A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência."

Comentário: Correta. Essa afirmativa está de acordo com o artigo 3º do Código Penal, que estabelece que a lei excepcional ou temporária continua a ser aplicada aos fatos cometidos durante sua vigência, mesmo que já tenha expirado seu prazo de validade ou cessado as condições que a motivaram. Isso garante que a lei seja aplicada a todos os crimes praticados enquanto ela estava em vigor, mesmo que não esteja mais em vigor no momento do julgamento.

45) RESPOSTA LETRA C

A culpabilidade é um dos elementos do crime que, segundo a teoria tripartida, consiste na imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. Esses três elementos formam a base da análise da culpabilidade do agente.

Vamos analisar cada um desses conceitos:

1. Imputabilidade: É a capacidade do agente de entender o caráter ilícito do fato e de se autodeterminar de acordo com esse entendimento. É um requisito essencial para que uma pessoa possa ser considerada culpável.
2. Potencial conhecimento da ilicitude: O agente deve, ao menos, ter a possibilidade de compreender que sua conduta é ilícita. Não se exige que ele efetivamente conheça a ilicitude, mas que tenha a capacidade de entendê-la.
3. Exigibilidade de conduta diversa: Refere-se à análise sobre se era exigível que o agente atuasse de outra maneira. Se, nas circunstâncias do crime, não era razoavelmente exigível que ele tivesse agido de outra forma, não se pode considerá-lo culpável.

Agora, vamos analisar as alternativas:

Alternativa A: "inimputabilidade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa."

Comentário: Incorreta. Inimputabilidade refere-se à incapacidade de ser culpabilizado (por exemplo, menores de idade ou pessoas com doença mental). O correto seria imputabilidade como elemento da culpabilidade.

Alternativa B: "maioridade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa."

Comentário: Incorreta. Maioridade não é um elemento da culpabilidade. O que importa é a imputabilidade, que envolve a capacidade de compreender a ilicitude do fato. Além disso, "consciência da lei" é um termo incorreto; o correto é potencial conhecimento da ilicitude.

Alternativa C: "imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa."

Comentário: Correta. Essa alternativa descreve corretamente os três elementos da culpabilidade: imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.

Alternativa D: "maioridade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa."

Comentário: Incorreta. Maioridade não é o termo adequado; o correto é imputabilidade. Embora a maioridade penal seja um dos fatores que determinam a imputabilidade, a maioridade por si só não é um elemento da culpabilidade.

Alternativa E: "imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e inexigibilidade de uma conduta diversa."

Comentário: Incorreta. Embora os dois primeiros termos estejam corretos (imputabilidade e potencial conhecimento da ilicitude), o termo correto para o terceiro elemento é exigibilidade de uma conduta diversa, e não inexigibilidade.

46) RESPOSTA LETRA C

Alternativa A: "O perdão judicial, nos casos previstos em lei."

Comentário: Correta (é causa de extinção da punibilidade). O perdão judicial é uma causa de extinção da punibilidade, prevista no artigo 107, IX, do Código Penal. Ele é concedido pelo juiz em situações específicas, como nos crimes de trânsito, e tem como efeito a extinção da punibilidade.

Alternativa B: "A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada."

Comentário: Correta (é causa de extinção da punibilidade). A renúncia do direito de queixa e o perdão aceito nos crimes de ação penal privada são causas de extinção da punibilidade, conforme o artigo 107, V, do Código Penal. Esses atos impedem o prosseguimento da ação penal.

Alternativa C: "A reabilitação do agente."

Comentário: Incorreta (não é causa de extinção da punibilidade). A reabilitação não é uma causa de extinção da punibilidade. Ela visa a restaurar a dignidade do condenado, permitindo que este apague os efeitos da condenação, mas não extingue a punibilidade. A reabilitação ocorre após o cumprimento da pena, mas a punibilidade já foi executada.

Alternativa D: "A retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso."

Comentário: Correta (é causa de extinção da punibilidade). A retroatividade da lei mais benéfica, incluindo aquela que deixa de considerar o fato como criminoso, é uma causa de extinção da punibilidade, prevista no artigo 107, III, do Código Penal. Se uma lei posterior descriminaliza a conduta, a punibilidade é extinta.

Alternativa E: "A retratação do agente, nos casos em que a lei a admite."

Comentário: Correta (é causa de extinção da punibilidade). A retratação do agente é uma causa de extinção da punibilidade em alguns casos, como nos crimes de calúnia e difamação, quando o agente se retrata antes da sentença, conforme o artigo 107, VI, do Código Penal.

47) RESPOSTA LETRA B

Alternativa A: "No estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvar, o agente restará isento de pena."

Comentário: Incorreta. No estado de necessidade, o agente só estará isento de responsabilidade penal se não for razoável exigir o sacrifício do direito. Se for razoável exigir o sacrifício, o estado de necessidade não se aplica como excludente da ilicitude. O artigo 24 do Código Penal estabelece que o estado de necessidade se aplica quando o agente não pode ser exigido a suportar o sacrifício de seu direito.

Alternativa B: "A legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio."

Comentário: Correta. A legítima defesa, prevista no artigo 25 do Código Penal, ocorre quando o agente age para repelir injusta agressão, atual ou iminente, contra direito próprio ou de outrem. Portanto, é permitido defender não apenas o próprio direito, mas também o direito de terceiros.

Alternativa C: "O estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio."

Comentário: Incorreta. O estado de necessidade pode ser invocado tanto para proteger direito próprio quanto direito alheio, conforme o artigo 24 do Código Penal. A ideia é que o agente age em situação de perigo atual para salvaguardar qualquer direito que esteja sendo ameaçado, seja ele seu próprio ou de outra pessoa.

Alternativa D: "Quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, incorre em crime, mas restará isento de pena, desde que não caracterizado o excesso, doloso ou culposo."

Comentário: Incorreta. Quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa, ou estrito cumprimento do dever legal, ele não incorre em crime. Essas são causas de exclusão da ilicitude, o que significa que a conduta deixa de ser considerada criminosa. No entanto, se houver excesso doloso ou culposo, o agente pode ser responsabilizado apenas pelo excesso, conforme prevê o Código Penal.

Alternativa E: "A legítima defesa específica aos agentes de segurança pública, prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal, aplica-se apenas quando em causa vítima de crime de extorsão mediante sequestro."

Comentário: Incorreta. O artigo 25 do Código Penal prevê a legítima defesa de forma geral, e não há uma legítima defesa específica para agentes de segurança pública. A legítima defesa aplica-se sempre que houver injusta agressão a direito próprio ou de terceiro, e não é limitada apenas a casos de extorsão mediante sequestro.

48) RESPOSTA LETRA E

Peço desculpas pelo erro anterior. Vamos revisar a questão e fornecer a análise correta.

Revisão do Código Penal sobre imunidades penais:

A questão refere-se a delitos patrimoniais praticados por sobrinho contra tio e a possibilidade de aplicação de imunidades penais. As imunidades penais no Código Penal estão dispostas nos artigos 181 e 182.

- Artigo 181 - Imunidade Absoluta: Aplica-se em crimes patrimoniais cometidos entre cônjuges, ascendentes, e descendentes. A imunidade é plena, e o agente é isento de pena.
- Artigo 182 - Imunidade Relativa: Aplica-se a crimes patrimoniais cometidos entre parentes colaterais (como irmãos, tios e sobrinhos), cônjuges separados judicialmente, e parentes por afinidade. Porém, essa imunidade não se aplica se o crime for cometido com violência ou grave ameaça ou se o parente for maior de 60 anos (Estatuto do Idoso). A coabitação também pode influenciar na aplicação da imunidade.

Agora, vamos analisar cada alternativa:

Alternativa A: "São alcançados pelas imunidades absolutas previstas no Código Penal."

Comentário: Incorreta. No caso de tios e sobrinhos, a imunidade é relativa, não absoluta. A imunidade absoluta é reservada para crimes cometidos entre cônjuges, ascendentes e descendentes (artigo 181 do Código Penal).

Alternativa B: "Se praticados sem violência ou grave ameaça, o agente é isento de pena."

Comentário: Incorreta. Embora seja verdade que a imunidade relativa pode ser aplicada se o crime for cometido sem violência ou grave ameaça, não é uma isenção automática de pena em todos os casos. Existem outras condições a serem consideradas, como a idade da vítima.

Alternativa C: "Se praticados contra pessoa com idade inferior a 60 anos, o agente é isento de pena."

Comentário: Incorreta. A idade da vítima, quando superior a 60 anos, impede a aplicação da imunidade (conforme o Estatuto do Idoso). No entanto, se a vítima tem menos de 60 anos, a imunidade relativa pode ser aplicada, mas não há isenção automática de pena.

Alternativa D: "Se houver coabitação entre agente e vítima, o agente é isento de pena."

Comentário: Incorreta. A coabitação entre o agente e a vítima não garante isenção de pena. Em alguns casos, a coabitação pode impedir a aplicação da imunidade relativa, de acordo com o artigo 182 do Código Penal.

Alternativa E: "Se o sobrinho é acolhido como hóspede pelo tio, não incide a imunidade relativa."

Comentário: Correta. A imunidade relativa não se aplica se o sobrinho estiver sendo acolhido como hóspede pelo tio. Quando o agente é um hóspede, ele não se beneficia da imunidade prevista para parentes colaterais no artigo 182 do Código Penal.

49) RESPOSTA LETRA A

WWW.CUCABSB.COM.BR



61982586565

Alfredo, de 35 anos, subtraiu sorrateiramente uma quantia de dinheiro de sua mãe, que tem 59 anos. A questão trata de **delitos patrimoniais** cometidos contra parentes, e devemos verificar se Alfredo estaria **isento de pena** devido à relação familiar com a vítima (mãe) e sua idade.

Analisando a legislação aplicável:

Imunidades Absolutórias (Art. 181 do Código Penal):

O **artigo 181** do Código Penal prevê a **imunidade absoluta** para certos crimes patrimoniais cometidos entre:

- **Cônjuges**, na constância da sociedade conjugal;
- **Ascendentes e descendentes**, e entre esses, sem exceção.

Essa imunidade significa que o agente não será punido por crimes patrimoniais cometidos nessas relações, mesmo que o ato em si seja considerado um crime (furto, por exemplo).

Exceção do Estatuto do Idoso:

No entanto, o **Estatuto do Idoso** (Lei nº 10.741/2003), em seu **artigo 183 do Código Penal**, estabelece que a imunidade penal não se aplica quando a vítima for maior de **60 anos**.

No caso, a mãe de Alfredo tem **59 anos**, o que significa que a exceção prevista no Estatuto do Idoso **não se aplica** aqui, pois ela ainda não completou 60 anos.

Portanto, Alfredo estaria **isento de pena** pela **imunidade absoluta**, já que o crime foi cometido contra sua **mãe** (ascendente), e ela ainda **não tem 60 anos**.

Analisando as alternativas:

Alternativa A: "É isento de pena, diante da escusa absolutória por ter praticado o crime em prejuízo de ascendente."

Comentário: Correta. Como o crime foi cometido contra um ascendente (sua mãe) e ela ainda não completou 60 anos, aplica-se a imunidade absoluta prevista no artigo 181 do Código Penal. Portanto, Alfredo é isento de pena.

Alternativa B: "Responderá por crime de roubo qualificado."

Comentário: Incorreta. Alfredo subtraiu o dinheiro sem violência ou grave ameaça, o que caracteriza furto, não roubo.

Alternativa C: "Responderá por crime de extorsão."

Comentário: Incorreta. Não houve constrangimento mediante violência ou grave ameaça para que a vítima entregasse o dinheiro, logo, o crime é de furto, não de extorsão.

Alternativa D: "Não cometeu crime por ter agido em exercício regular de direito."

Comentário: Incorreta. Alfredo cometeu um crime patrimonial, mas está isento de pena por conta da imunidade entre parentes (ascendentes e descendentes), e não por exercício regular de direito.

Alternativa E: "Responderá por crime de furto."

Comentário: Incorreta. Embora o ato cometido seja furto, Alfredo está isento de pena devido à imunidade penal prevista para crimes patrimoniais cometidos entre parentes, conforme o artigo 181 do Código Penal.

50) RESPOSTA LETRA A

O **artigo 327 do Código Penal** define funcionário público da seguinte forma:

"Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública."

Vamos detalhar os elementos da definição:

- **Transitoriamente:** A pessoa pode estar exercendo a função por tempo limitado ou temporário, e ainda assim será considerada funcionário público.
- **Sem remuneração:** A pessoa pode exercer o cargo, emprego ou função pública sem receber remuneração, e mesmo assim será considerada funcionário público para fins de responsabilidade penal.
- **Cargo, emprego ou função pública:** Esses termos abrangem a ocupação de funções em órgãos públicos, independentemente do tipo de vínculo ou da natureza da função.

WWW.CUCABSB.COM.BR



61982586565

Agora, vamos analisar as alternativas:

Alternativa A: "Embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública."

Comentário: Correta. Essa alternativa reproduz exatamente o texto do artigo 327 do Código Penal. O funcionário público é aquele que exerce função, cargo ou emprego público, mesmo que seja de forma temporária ou sem remuneração.

Alternativa B: "Embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública, exceto quem o faça por função de confiança."

Comentário: Incorreta. Não há exceção no artigo 327 do Código Penal para quem exerce função de confiança. A definição inclui todas as pessoas que exercem função pública, independentemente do caráter da função (seja cargo de confiança ou outro tipo).

Alternativa C: "Embora transitoriamente, desde que com remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública."

Comentário: Incorreta. A definição do Código Penal não exige que haja remuneração. A pessoa pode exercer o cargo, emprego ou função sem remuneração e ainda assim ser considerada funcionário público para fins penais.

Alternativa D: "Permanentemente, com ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública."

Comentário: Incorreta. A definição de funcionário público para fins penais inclui tanto aqueles que exercem a função transitoriamente quanto permanentemente. Essa alternativa limita a definição a quem exerce o cargo de forma permanente, o que é incorreto.

Alternativa E: "Seja servidor público."

Comentário: Incorreta. A definição de funcionário público no Código Penal é mais ampla e inclui não apenas servidores públicos formais, mas também qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, ainda que temporariamente ou sem remuneração. Nem todo funcionário público nos termos do Código Penal é formalmente um servidor público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51) RESPOSTA LETRA A

Item I: "A falta de indicação do tipo penal supostamente praticado pelo indiciado não provoca a nulidade das investigações nem do relatório conclusivo emitido nos autos do inquérito pela autoridade policial."

• **Comentário: Correto.** O inquérito policial é um procedimento administrativo investigativo que visa apurar a materialidade e a autoria de uma infração penal. A ausência de indicação do tipo penal específico no inquérito não gera nulidade, pois o objetivo principal é reunir provas. A tipificação do crime pode ser ajustada posteriormente pelo Ministério Público ou pelo juiz durante o processo.

Item II: "Os atos ilegais praticados pela autoridade policial no decorrer do inquérito policial ficam sujeitos a revisão da autoridade judiciária competente."

• **Comentário: Correto.** Qualquer ato **ilegal** cometido pela autoridade policial no curso do inquérito pode ser objeto de revisão pelo **poder judiciário**. O controle jurisdicional sobre o inquérito garante a legalidade e o respeito aos direitos fundamentais.

Item III: "Todo investigado tem direito de produzir provas capazes de comprovar a sua inocência e impedir o seu indiciamento em sede de investigação policial."

• **Comentário: Incorreto.** O inquérito policial é um procedimento **inquisitório**, o que significa que o investigado **não tem o direito de produzir provas** de sua inocência no curso do inquérito para impedir o seu indiciamento. Embora o indiciado tenha direito à ampla defesa no processo judicial, no inquérito policial esse direito é mais limitado. A produção de provas de inocência ocorre de forma mais ampla no **processo penal**, e não na fase do inquérito.

Item IV: "Todo investigado tem direito de receber da autoridade policial informações relacionadas a investigações policiais em curso contra si."

• **Comentário: Correto.** O **Supremo Tribunal Federal** já reconheceu que o investigado tem o direito de ter acesso às informações relacionadas a investigações em curso contra ele, conforme o **princípio da ampla defesa** e o **contraditório**, especialmente se houver indícios que possam culminar no indiciamento ou em medidas restritivas de direitos.

Analisando as alternativas:

Alternativa A: "Apenas os itens I e II estão certos."

Comentário: Correta. O item I está correto porque a falta de indicação do tipo penal no inquérito não provoca nulidade. O item II está correto porque atos ilegais no inquérito podem ser revistos pelo Judiciário. Os itens III e IV estão incorretos.

Alternativa B: "Apenas os itens I e III estão certos."

Comentário: Incorreta. O item III está incorreto, pois o investigado não tem direito de produzir provas no inquérito policial para evitar o indiciamento.

Alternativa C: "Apenas os itens II e IV estão certos."

Comentário: Incorreta. O item II está correto, mas o item IV está incorreto, pois o investigado não tem direito amplo de acesso irrestrito a todas as informações durante a investigação.

Alternativa D: "Apenas os itens II, III e IV estão certos."

Comentário: Incorreta. O item III está incorreto, pois o investigado não tem direito de produzir provas no inquérito policial.

Alternativa E: "Todos os itens estão certos."

Comentário: Incorreta. O item III está incorreto, o que invalida essa alternativa.

52) RESPOSTA LETRA C

Análise da Alternativa C:

• "Sendo a vítima a União, a ação penal será sempre pública, independentemente do crime praticado." Essa alternativa afirma que, quando a vítima é a União (ou outro ente público), a ação penal será sempre pública, ou seja, de iniciativa do Ministério Público. Isso ocorre porque, em geral, crimes que atingem entes públicos tendem a ser considerados de interesse coletivo, justificando a atuação do Ministério Público. No entanto, na prática, mesmo crimes contra a União podem ser de ação penal pública condicionada à representação, dependendo da natureza do delito. Exemplos disso são os crimes contra a honra, que podem demandar representação, mesmo quando a vítima é um ente público.

Embora a afirmação seja correta em muitos contextos, há exceções. Portanto, a afirmação de que a ação penal será sempre pública pode não ser inteiramente precisa, dependendo da natureza do crime.

Agora, vamos comentar as demais alternativas para compará-las:

Alternativa A: Na ação penal de iniciativa privada, restará preemppta a ação se, uma vez iniciada, o querelante deixar de promover o andamento do processo por 30 dias seguidos ou não.

• Perempção é a extinção da ação penal privada quando o querelante (autor da queixa) não promove o andamento do processo por 30 dias consecutivos e injustificadamente, conforme o Art. 60, III, do CPP. A expressão "seguidos ou não" está incorreta, pois é necessário que a paralisação do processo ocorra por 30 dias consecutivos.

Essa alternativa está incorreta.

Alternativa B: O direito à representação, sendo personalíssimo da vítima, extingue-se com a morte dela.

• Conforme o Art. 24, §1º, do CPP, o direito de representação não se extingue com a morte da vítima. Nesse caso, o direito pode ser exercido por seus sucessores, como cônjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos. Essa alternativa está incorreta.

Alternativa D: Em se tratando de ação penal de iniciativa privada, a renúncia do direito à queixa em favor de um dos autores do crime a todos aproveitará, mas o perdão concedido a um não se estende aos demais.

- Esta alternativa está baseada no Art. 49 do CPP, que estabelece que a renúncia ao direito de queixa em favor de um dos réus aproveita a todos os coautores. No entanto, o perdão, que é concedido após o início da ação penal, só beneficia aquele que o aceita, conforme o Art. 51 do CPP.

Essa alternativa está correta, mas não é o gabarito que você apontou como correto.

Alternativa E: Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, uma vez oferecida pela vítima, será ela irretratável.

- Conforme o Art. 25 do CPP, a representação nos crimes de ação penal pública condicionada é retratável até o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Após o oferecimento da denúncia, a representação se torna irretratável.

Essa alternativa está incorreta.

53) RESPOSTA LETRA D

A questão envolve um **conflito de competência** entre dois juízes de esferas diferentes: um juiz de direito estadual (Guilherme, do TJAP) e uma juíza federal (Catarina, do TRF1). O Código de Processo Penal e a jurisprudência consolidada estabelecem que, em casos de conflito de competência entre a Justiça Estadual e a Justiça Federal, quem deve julgar o conflito é o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**.

Análise das Alternativas:

Alternativa A - Tribunal de Justiça do Estado do Amapá: O Tribunal de Justiça do Amapá não tem competência para julgar conflitos entre juízes de esferas diferentes, como a Justiça Estadual e a Justiça Federal. O TJAP só seria competente para julgar conflitos de competência dentro da Justiça Estadual, ou seja, entre juízes estaduais de sua jurisdição.

Essa alternativa está incorreta.

Alternativa B - Tribunal Regional Federal da 2ª Região: O TRF2 não tem competência para julgar esse tipo de conflito, pois, embora seja um tribunal federal, o conflito envolve um juiz estadual e um juiz federal. Além disso, o TRF2 abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e o caso mencionado refere-se ao TRF1, que cobre a região do Amapá. O STJ, e não um tribunal regional, é o órgão competente para solucionar conflitos entre justiças estaduais e federais.

Essa alternativa está incorreta.

Alternativa C - Conselho Nacional de Justiça (CNJ): O CNJ é um órgão administrativo que tem como função o controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário, além de supervisionar a atuação dos magistrados. Ele não tem competência para julgar conflitos de competência entre diferentes esferas do Judiciário.

Essa alternativa está incorreta.

Alternativa D - Superior Tribunal de Justiça (STJ): Conforme o Art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o órgão competente para julgar conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diferentes, sendo um da Justiça Estadual e o outro da Justiça Federal. No caso apresentado, o conflito de competência entre o juiz estadual (Guilherme) e a juíza federal (Catarina) deve ser julgado pelo STJ.

Essa alternativa está correta.

Alternativa E - Supremo Tribunal Federal (STF): O STF tem como principal função ser o guardião da Constituição e julgar questões constitucionais. Ele também resolve conflitos de competência entre tribunais superiores, mas não entre juízes estaduais e federais. Esse tipo de conflito é competência do STJ, não do STF.

Essa alternativa está incorreta.

54) RESPOSTA LETRA E

Alternativa A: Se o réu for advogado, não poderá defender a si próprio, nem defender co-réu no mesmo processo. Essa alternativa está incorreta. Conforme o Art. 266 do Código de Processo Penal, é permitido que o réu, sendo advogado, possa defender a si mesmo, o que se denomina "autodefesa técnica". No entanto, o réu advogado não pode defender outro co-réu no mesmo processo, pois há um potencial conflito de interesses. Assim, a parte sobre não poder defender a si mesmo está incorreta, mas a parte sobre o co-réu está correta.

Alternativa B: Se o acusado estiver ausente ou foragido poderá ser processado e julgado sem defensor. Essa alternativa está incorreta. Conforme o Art. 261 do CPP, o acusado, mesmo que esteja ausente ou foragido, não poderá ser processado ou julgado sem defensor. Se ele não constituir advogado, o juiz deve nomear um defensor dativo. Todo réu tem direito a ser assistido por um defensor, sendo esse um dos princípios do devido processo legal.

Alternativa C: Se tiver sido nomeado defensor pelo juiz não poderá o acusado constituir outro advogado de sua confiança.

Essa alternativa está incorreta. O fato de o juiz ter nomeado um defensor dativo não impede que o acusado, a qualquer momento, constitua um advogado de sua confiança, conforme estabelece o Art. 263 do CPP. O defensor nomeado será substituído assim que o advogado constituído pelo acusado assumir a defesa.

Alternativa D: O juiz pode nomear o mesmo defensor para dois ou mais acusados no mesmo processo, ainda que sejam conflitantes as respectivas defesas.

Essa alternativa está incorreta. O Art. 20 do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) e o próprio CPP proíbem que o mesmo advogado atue em defesa de dois ou mais acusados se houver conflito de interesses. Se as defesas forem conflitantes, o juiz deverá nomear defensores distintos para garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Alternativa E: A constituição de defensor independe de instrumento de mandato se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório judicial.

Essa alternativa está correta. O Art. 266 do CPP prevê que, se o acusado nomear defensor no momento do interrogatório judicial, não é necessário instrumento de mandato (procuração). Ou seja, a indicação feita na audiência é suficiente para que o defensor atue no processo, dispensando a apresentação de procuração.

55) RESPOSTA LETRA A

Proposição I: O procedimento penal além de ser instituto de fundamental importância no direito processual, é considerado importante elemento de legitimação do poder decisório do Estado. Não por outro motivo, foi alçado a "direito fundamental".

Essa proposição está correta. O procedimento penal é, de fato, um dos principais instrumentos do devido processo legal, que legitima o poder decisório do Estado. A Constituição Federal, em seu Art. 5º, incisos LIV e LV, trata o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa como direitos fundamentais. Dessa forma, o procedimento penal, como expressão do devido processo legal, pode ser considerado um "direito fundamental", garantindo que as decisões do Estado estejam dentro dos limites constitucionais.

Proposição II: A decisão que impronunciar ou absolver o réu fará cessar a aplicação provisória da medida de segurança anteriormente determinada, somente após o seu trânsito em julgado.

Essa proposição está incorreta. Segundo o Art. 386, §1º do CPP, em caso de absolvição, cessam automaticamente as medidas cautelares, inclusive a medida de segurança, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado. O trânsito em julgado pode ser necessário em casos de impronúncia, mas no caso de absolvição, a cessação é imediata. Portanto, essa proposição erra ao afirmar que a cessação ocorre somente após o trânsito em julgado.

Proposição III: A prisão em flagrante quando homologada, o deve ser através das hipóteses legitimadoras da prisão preventiva.

Essa proposição está correta. A prisão em flagrante, por si só, não pode ser mantida indefinidamente. Para que a prisão continue, o juiz deve analisar se estão presentes os requisitos para convertê-la em prisão preventiva, conforme o Art. 310, II, do CPP. Ou seja, a homologação da prisão em flagrante se dá mediante a verificação dos

pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva (como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, conforme o Art. 312 do CPP).

Proposição IV: A apresentação espontânea do acusado à autoridade impede a decretação da prisão preventiva. Essa proposição está incorreta. A apresentação espontânea do acusado não impede a decretação da prisão preventiva. A decretação da prisão preventiva depende dos requisitos previstos no Art. 312 do CPP (garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, etc.). A apresentação voluntária pode ser considerada um fator positivo na análise de medidas cautelares, mas não exclui a possibilidade de prisão preventiva se os demais requisitos estiverem presentes.

Comentário Final sobre o Gabarito:

- A Proposição I está correta, pois o procedimento penal é um direito fundamental que legitima o poder decisório do Estado.
- A Proposição III está correta, pois a prisão em flagrante deve ser homologada mediante análise dos requisitos da prisão preventiva.
- A Proposição II está incorreta, pois a cessação da medida de segurança em caso de absolvição ocorre imediatamente, e não apenas após o trânsito em julgado.
- A Proposição IV está incorreta, pois a apresentação espontânea do acusado não impede a decretação da prisão preventiva.

Portanto, a resposta correta é a Alternativa A, já que somente as proposições I e III estão corretas.

56) RESPOSTA LETRA D

Alternativa A: A competência determinada pelo foro por prerrogativa de função, ao afastar a regra do foro pelo lugar da infração, viola a teoria do resultado aplicada ao processo penal.

Essa alternativa está incorreta. A competência por prerrogativa de função está prevista na Constituição Federal e em leis específicas, e não viola a teoria do resultado. A competência especial por prerrogativa de função aplica-se a determinadas autoridades e não se baseia no lugar da infração, mas no cargo que a pessoa ocupa. A teoria do resultado diz respeito ao local em que se produz o resultado do crime, o que não se aplica aqui, já que a competência é fixada em razão da função pública exercida pela pessoa.

Alternativa B: Há prorrogação de competência por meio da continência quando as infrações penais investigadas são desdobramentos de fatos ligados a inquérito policial em andamento e as provas obtidas em uma investigação podem influir nos rumos da outra.

Essa alternativa está incorreta. A prorrogação de competência por continência ocorre quando há conexão ou continência entre infrações penais, isto é, quando duas ou mais infrações estão ligadas por umnexo objetivo que justifica o julgamento conjunto. No entanto, a simples circunstância de que as infrações penais sejam desdobramentos de fatos ligados a um inquérito policial não configura continência ou prorrogação de competência, sendo necessário que as infrações tenham algum vínculo que justifique o julgamento em conjunto, como a prática de um crime com diversos coautores ou crimes que decorrem uns dos outros.

Alternativa C: Na sentença penal condenatória, o juiz poderá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração e, ainda, processar e julgar a ação civil ex delicto.

Essa alternativa está incorreta. De acordo com o Art. 387, IV, do CPP, o juiz pode fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal na sentença condenatória. Contudo, o juiz penal não processa e julga a ação civil ex delicto, que é de competência da Justiça Cível, exceto quando houver a renúncia expressa à via cível por parte do lesado.

Alternativa D: A justa causa deve ser considerada como condição da ação penal, pois sua ausência implica a rejeição da denúncia ou queixa, nos termos da lei processual penal.

Essa alternativa está correta. A justa causa é um requisito essencial para o recebimento da denúncia ou queixa-crime, conforme previsto no Art. 395, III, do CPP. A justa causa refere-se à existência de indícios mínimos de autoria e materialidade do crime, e sua ausência leva à rejeição da denúncia ou queixa, impedindo o prosseguimento da ação penal.

Alternativa E: Prefeito municipal, no exercício de suas funções, é sempre julgado pelo tribunal de justiça do estado onde se localiza o município.

Essa alternativa está incorreta. O foro por prerrogativa de função para prefeitos municipais está previsto no Art. 29, X, da Constituição Federal, estabelecendo que os prefeitos serão processados e julgados pelos Tribunais de Justiça dos Estados por crimes comuns cometidos no exercício de suas funções. No entanto, isso se aplica apenas aos crimes comuns. Para crimes de competência da Justiça Federal, o prefeito poderá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal, dependendo do caso. Portanto, a afirmação de que o prefeito é "sempre" julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual não é precisa.

57) RESPOSTA LETRA A

Alternativa A: A concessão da ordem de habeas corpus não implica necessariamente em obstrução ao trâmite da ação penal principal ou na própria extinção da ação, desde que os fundamentos desta não estejam em conflito com os fundamentos da ação de habeas corpus.

Essa alternativa está correta. O habeas corpus é uma garantia constitucional que visa proteger o direito de liberdade de locomoção quando houver ameaça ou coação ilegal. A concessão do habeas corpus pode resultar, por exemplo, na soltura do réu, mas isso não impede que o processo penal principal continue, a menos que os fundamentos do habeas corpus (por exemplo, a inexistência de justa causa) sejam diretamente conflitantes com os fundamentos da ação penal. Ou seja, o habeas corpus pode resolver uma questão pontual (como uma prisão ilegal), sem que isso necessariamente impeça o prosseguimento da ação penal.

Alternativa B: Ordenada a soltura do acusado preso em virtude de habeas corpus, não haverá condenação nas custas processuais da autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação; no entanto, essa autoridade fica impedida de efetuar novamente a prisão do acusado.

Essa alternativa está incorreta. Quando se reconhece que houve coação ilegal com má-fé ou abuso de poder por parte da autoridade, o responsável pode ser condenado ao pagamento das custas processuais, conforme o Art. 654, § 2º, do CPP. Além disso, se houver novos fatos ou fundamentos que justifiquem uma nova prisão, a autoridade competente pode decretar a prisão do acusado novamente, desde que siga os preceitos legais. A soltura não impede futuras prisões, se houver novos motivos.

Alternativa C: Os juízes e os tribunais têm competência para expedir ordem de habeas corpus quando, no curso de processo, restar evidenciado que alguém esteja sofrendo ou esteja na iminência de sofrer coação ilegal, desde que requerido por quem sofre a coação ou pelo MP.

Essa alternativa está incorreta. Embora os juízes e tribunais tenham competência para conceder habeas corpus, ele não precisa ser requerido apenas por quem sofre a coação ou pelo Ministério Público. O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, em favor de quem esteja sofrendo ou ameaçado de sofrer coação ilegal, conforme o Art. 654, caput, do CPP. Não é necessário que o pedido seja feito pelo próprio indivíduo ou pelo MP.

Alternativa D: Se a ilegalidade decorrer do fato de não ter sido o cidadão admitido a prestar fiança em delegacia de polícia, o juiz arbitrará o valor da fiança, que, no entanto, não poderá ser prestada em juízo, mas apenas perante a autoridade policial competente.

Essa alternativa está incorreta. Se o juiz arbitrar a fiança, esta pode ser prestada tanto perante a autoridade policial quanto diretamente em juízo, conforme o Art. 334 do CPP. Ou seja, o acusado pode efetuar o pagamento da fiança no local em que for mais conveniente, e o juiz não está restrito a exigir que isso seja feito apenas perante a autoridade policial.

Alternativa E: Só será concedida ordem de habeas corpus a quem sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, não se justificando a concessão da ordem em caso de mero temor de se estar na iminência de ser preso injustamente.

Essa alternativa está incorreta. O habeas corpus pode ser concedido preventivamente quando há o temor justificado de que alguém esteja na iminência de sofrer coação ilegal em sua liberdade de ir e vir, como no caso de uma prisão iminente. A Constituição Federal, em seu Art. 5º, LXVIII, prevê a concessão do habeas corpus não apenas para quem já está sofrendo a coação, mas também para quem esteja na iminência de sofrer tal coação.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa A é a correta, pois a concessão do habeas corpus pode não afetar o curso da ação penal principal, a menos que os fundamentos do habeas corpus e da ação penal estejam diretamente em conflito. As demais alternativas apresentam incorreções ou incompreensões sobre o alcance e as implicações do habeas corpus, conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

DIREITOS HUMANOS

58) RESPOSTA LETRA B

Alternativa A: A edição da Declaração Universal de Direitos Humanos foi o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos.

Essa alternativa está correta. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, é amplamente reconhecida como um marco na consolidação da universalidade e inerência dos direitos humanos. Ela estabeleceu princípios fundamentais que reconhecem os direitos e liberdades de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, raça, ou religião.

Alternativa B: A teoria crítica dos direitos humanos objetiva a formulação de uma teoria geral dos direitos humanos apta a ser aplicada, a priori, a todos os contextos existentes no planeta.

Essa alternativa está incorreta. A teoria crítica dos direitos humanos não busca a formulação de uma teoria geral a ser aplicada uniformemente em todos os contextos. Pelo contrário, a teoria crítica questiona essa ideia de universalidade rígida e defende que os direitos humanos devem ser contextualizados e considerados à luz das especificidades sociais, culturais e políticas de cada região. Ela critica as abordagens que desconsideram as diferenças culturais e sociais e buscam aplicar os direitos humanos de forma homogênea em todos os contextos.

Alternativa C: Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Essa alternativa está correta. O Estatuto da Igualdade Racial define as ações afirmativas como programas e medidas especiais adotados tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada para corrigir as desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades. Essas medidas visam combater o racismo estrutural e criar condições de maior equidade entre diferentes grupos raciais no Brasil.

Alternativa D: Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos, pode apresentar à Comissão Interamericana petições que contenham denúncias ou queixas de violação à Convenção Americana de Direitos Humanos por um Estado Parte.

Essa alternativa está correta. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos e as normas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), qualquer pessoa, grupo de pessoas ou organização não governamental legalmente reconhecida pode submeter petições à Comissão, denunciando violações de direitos humanos cometidas por Estados Partes da Convenção.

Alternativa E: Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição de retrocesso, também chamada de "efeito cliquet".

Essa alternativa está correta. O princípio da proibição de retrocesso (também conhecido como "efeito cliquet" ou "efeito escada") impede que os direitos humanos já consagrados e efetivamente implementados sejam suprimidos ou restringidos. Ele estabelece que os Estados devem continuar a promover o progresso na efetivação dos direitos humanos, evitando qualquer retrocesso nas conquistas alcançadas.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa B é a incorreta, pois a teoria crítica dos direitos humanos não busca a formulação de uma teoria universal aplicável em todos os contextos, mas sim propõe uma abordagem mais contextualizada e crítica, considerando as particularidades culturais, sociais e políticas de cada realidade. As demais alternativas estão corretas, de acordo com os princípios e normativas dos direitos humanos.

59) RESPOSTA LETRA D**A - Direitos naturais**

Os **direitos naturais** são aqueles que os seres humanos possuem em virtude de sua própria natureza, independentemente de leis ou sistemas políticos. Esse conceito remonta à filosofia clássica e iluminista, com pensadores como John Locke e Thomas Hobbes. Embora a expressão ainda seja aceita, ela tem sido em parte substituída pelo conceito de "direitos humanos", que carrega uma perspectiva mais ampla e moderna, ligada a acordos internacionais e à dignidade humana.

B - Direitos fundamentais

Os **direitos fundamentais** referem-se àqueles que são reconhecidos e protegidos em constituições nacionais, tratados e convenções internacionais. São considerados essenciais à dignidade humana e ao desenvolvimento da pessoa. Esse termo é amplamente utilizado nos dias de hoje, especialmente no campo do direito constitucional, e se aplica a direitos como liberdade, igualdade, e proteção contra discriminação.

C - Direitos da pessoa humana

O termo **direitos da pessoa humana** se refere aos direitos que pertencem a todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas. Embora seja um pouco menos comum que "direitos humanos", ele ainda é aceito e utilizado contemporaneamente, especialmente em textos jurídicos e filosóficos. Ele enfatiza a ideia de que todos os indivíduos, independentemente de qualquer condição, devem ser tratados com dignidade.

D - Direitos humanos fundamentais

Direitos humanos fundamentais é uma expressão que combina dois conceitos amplamente aceitos: os "direitos humanos", reconhecidos internacionalmente, e os "direitos fundamentais", protegidos em constituições nacionais. Essa terminologia reforça a noção de que esses direitos são essenciais para a dignidade humana e estão na base das proteções garantidas em diversos sistemas jurídicos. O uso do termo é contemporâneo e amplamente aceito.

E - Direitos essenciais da humanidade

Essa alternativa reflete uma terminologia vaga e não amplamente aceita. O termo "**direitos essenciais da humanidade**" não é utilizado em documentos jurídicos e filosóficos modernos sobre o tema de direitos humanos. Ele pode sugerir uma visão mais antiga e imprecisa, que não reflete o consenso contemporâneo de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e inerentes à dignidade de todas as pessoas. Por isso, é considerado um termo ultrapassado.

Conclusão

O gabarito correto é a **alternativa E**, pois ela apresenta um termo ultrapassado e impreciso. As demais alternativas estão de acordo com a terminologia contemporânea e são amplamente aceitas nos discursos sobre direitos humanos.

60) RESPOSTA LETRA D

Alternativa A: A edição da Declaração Universal de Direitos Humanos foi o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos.

Essa alternativa está correta. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, é considerada um marco histórico que consolidou o conceito de universalidade dos direitos humanos. Ela reconhece que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente de raça, nacionalidade, sexo, ou qualquer outra condição. Foi fundamental para a formação de um consenso global sobre os direitos humanos básicos.

Alternativa B: A teoria crítica dos direitos humanos objetiva a formulação de uma teoria geral dos direitos humanos apta a ser aplicada, a priori, a todos os contextos existentes no planeta.

Essa alternativa está incorreta. A teoria crítica dos direitos humanos não busca a formulação de uma teoria universal aplicável a todos os contextos. Em vez disso, ela critica justamente essa tentativa de universalização rígida e defende que os direitos humanos precisam ser contextualizados, levando em consideração as diferenças

culturais, sociais e políticas de cada local. A crítica principal é que uma aplicação homogênea pode desconsiderar particularidades e até mesmo reproduzir formas de opressão cultural.

Alternativa C: Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Essa alternativa está correta. O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n. 12.288/2010, define as ações afirmativas como medidas especiais que visam corrigir desigualdades raciais históricas no Brasil, promovendo igualdade de oportunidades. Essas medidas são adotadas tanto pelo Estado quanto por empresas privadas para promover a inclusão de grupos raciais que enfrentam discriminação estrutural, buscando equidade nas condições de acesso a oportunidades, especialmente em educação e trabalho.

Alternativa D: Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos, pode apresentar à Comissão Interamericana petições que contenham denúncias ou queixas de violação à Convenção Americana de Direitos Humanos por um Estado Parte.

Essa alternativa está incorreta, e esse é o gabarito correto. Embora, de fato, pessoas e grupos de pessoas possam apresentar petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a menção de que apenas entidades não-governamentais legalmente reconhecidas podem fazer isso é limitadora. Na realidade, qualquer pessoa ou grupo de pessoas não precisa necessariamente ser legalmente reconhecido. O Art. 44 da Convenção Americana de Direitos Humanos permite que qualquer pessoa ou grupo de pessoas apresente denúncias à CIDH, independentemente de sua formalidade ou reconhecimento legal em um ou mais Estados membros.

Alternativa E: Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição de retrocesso, também chamada de "efeito cliquet".

Essa alternativa está correta. O princípio da proibição de retrocesso (ou "efeito cliquet") é amplamente reconhecido no direito internacional dos direitos humanos. Ele impede que os direitos humanos, uma vez conquistados e garantidos, sejam suprimidos ou reduzidos. Em outras palavras, uma vez que o Estado avança na implementação de certos direitos, não pode retroceder, salvo em situações muito excepcionais, como crises econômicas extremas, mas sempre dentro de parâmetros legais rigorosos.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa D é a incorreta, pois a descrição das entidades que podem submeter petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos está errada. A CIDH permite que qualquer pessoa ou grupo de pessoas apresente queixas, sem a exigência de reconhecimento legal, como erroneamente indicado na alternativa.

61) RESPOSTA LETRA B

Alternativa A: contrapõe-se, no que se refere à definição dos direitos humanos, às considerações sobre o contexto cultural de cada sociedade.

Essa alternativa está incorreta. O universalismo de chegada não se contrapõe de forma absoluta ao contexto cultural de cada sociedade. Na verdade, essa abordagem reconhece as diferenças culturais, mas busca um ponto de chegada onde seja possível construir garantias universais de direitos humanos que respeitem e integrem essas diversidades. O foco é mais na adaptação dos direitos humanos a cada realidade local, ao invés de negar a importância do contexto cultural.

Alternativa B: sintetiza as garantias universais aptas a sustentar uma teoria dos direitos humanos intercultural.

Essa alternativa está correta. O conceito de universalismo de chegada refere-se à ideia de que, mesmo reconhecendo as particularidades culturais e sociais de diferentes regiões, é possível alcançar um consenso sobre certos direitos humanos universais. Isso implica uma construção intercultural, onde os direitos humanos são ajustados e adaptados em função das diversas culturas, mas ainda sustentam um núcleo comum de garantias fundamentais. O "universalismo de chegada" busca integrar diferentes perspectivas culturais para formar um conjunto de direitos que seja aceito globalmente.

Alternativa C: opõe-se às ideias do relativismo cultural e aproxima-se das do universalismo de partida. Essa alternativa está incorreta. O universalismo de chegada não se opõe completamente ao relativismo cultural, pois reconhece a importância do contexto cultural ao construir uma concepção de direitos humanos. Ele é uma alternativa tanto ao universalismo de partida, que defende a aplicação imediata e homogênea dos direitos humanos independentemente do contexto cultural, quanto ao relativismo cultural absoluto, que rejeita a ideia de direitos universais. O universalismo de chegada busca justamente uma síntese entre essas duas posições, respeitando as particularidades culturais sem abrir mão da ideia de direitos humanos universais.

Alternativa D: associa-se à ideia de humanidade em sua indistinta integralidade cultural e social. Essa alternativa está incorreta. O universalismo de chegada reconhece as diferenças culturais e sociais, e não trata a humanidade como uma massa indistinta. Ao contrário, o universalismo de chegada leva em conta as peculiaridades de cada contexto cultural e social, promovendo uma ideia de direitos humanos que reconhece e respeita essas diferenças, enquanto busca garantias comuns a todos.

Alternativa E: está associado ao desenvolvimento de uma teoria de direitos humanos alheia às peculiaridades culturais de cada sociedade.

Essa alternativa está incorreta. O universalismo de chegada está longe de ser alheio às peculiaridades culturais de cada sociedade. Pelo contrário, ele reconhece e valoriza essas particularidades, propondo que os direitos humanos sejam formulados com base na interação entre diferentes culturas e realidades sociais. A ideia central é que o diálogo intercultural permita construir um entendimento comum sobre os direitos humanos, ao invés de impor um conjunto fixo e universal de normas alheias às realidades locais.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa B é a correta, pois o conceito de universalismo de chegada busca justamente sintetizar garantias universais que possam sustentar uma teoria intercultural dos direitos humanos, adaptando-se aos contextos culturais sem perder de vista a universalidade dos direitos. As outras alternativas falham em capturar esse equilíbrio entre o respeito às culturas e a busca por um consenso universal sobre direitos fundamentais.

62) RESPOSTA LETRA C

Alternativa A: é vedada a revista íntima, podendo o Estado ser condenado por constrangimento ilegal. Essa alternativa está incorreta. Embora haja uma regulamentação rigorosa sobre a realização de revistas íntimas para proteger a dignidade das pessoas, não há uma proibição absoluta dessa prática. No Brasil, a revista íntima é permitida em circunstâncias específicas e sob critérios estritos, principalmente em ambientes como prisões e aeroportos. Se realizada de forma abusiva ou sem justificativa legal, pode gerar responsabilidade do Estado por constrangimento ilegal, mas a alternativa não é totalmente precisa ao sugerir uma proibição absoluta.

Alternativa B: a responsabilidade civil do Estado por erro judiciário, se existente, é subjetiva. Essa alternativa está incorreta. A responsabilidade civil do Estado por erro judiciário é objetiva, conforme previsto no Art. 5º, LXXV, da Constituição Federal de 1988. Isso significa que o Estado responde independentemente de dolo ou culpa, bastando comprovar o erro e o dano sofrido pelo cidadão para que haja o dever de indenizar. A alternativa sugere que a responsabilidade é subjetiva, o que está em desacordo com o princípio constitucional.

Alternativa C: o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

Essa alternativa está correta. De acordo com o Art. 5º, LXXV da Constituição Federal, o Estado tem o dever de indenizar o condenado por erro judiciário e também o indivíduo que permanecer preso além do tempo fixado na sentença. Esse princípio está relacionado à proteção da dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais, garantindo que, em caso de erros que resultem em prisão injusta ou prolongada, o indivíduo será reparado pelos danos sofridos.

Alternativa D: o agente penitenciário não pode ser civilmente responsável, em ação estatal de regresso, pelos danos causados ao preso por dolo ou culpa.

Essa alternativa está incorreta. Embora o Estado seja objetivamente responsável pelos atos praticados por seus agentes (incluindo agentes penitenciários), o Art. 37, § 6º da Constituição Federal prevê a possibilidade de o

Estado entrar com ação de regresso contra o agente público que, por dolo ou culpa, causar dano a terceiros. Portanto, o agente penitenciário pode ser civilmente responsabilizado em ação regressiva do Estado, caso sua conduta culposa ou dolosa tenha gerado o dano.

Alternativa E: o Estado não pode ser condenado por danos morais em razão de deficiências estruturais do sistema penitenciário.

Essa alternativa está incorreta. O Estado pode, sim, ser condenado por danos morais em razão de deficiências no sistema penitenciário, como falta de condições adequadas, superlotação e tratamentos desumanos. A responsabilidade civil do Estado abrange a proteção dos direitos humanos, incluindo a dignidade dos presos. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reconhecido a responsabilidade estatal em situações de condições degradantes no sistema prisional.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa C é a correta, pois o Estado indeniza tanto o condenado por erro judiciário quanto aquele que permanecer preso por período superior ao fixado na sentença, conforme previsto na Constituição Federal. As demais alternativas contêm erros conceituais ou distorcem a aplicação prática dos direitos humanos e da responsabilidade civil do Estado.

63) RESPOSTA LETRA A

Alternativa A: fraternidade.

Essa alternativa está correta. O Art. 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos expressa claramente que os seres humanos devem agir entre si com espírito de fraternidade, o que implica um sentimento de irmandade, solidariedade e respeito mútuo. A ideia de fraternidade é um dos pilares dos direitos humanos, promovendo a convivência harmoniosa e o reconhecimento da dignidade de cada pessoa.

Alternativa B: disponibilidade.

Essa alternativa está incorreta. Embora a disponibilidade para ajudar e ser solidário possa ser uma virtude, não é o termo usado na Declaração Universal. A "disponibilidade" não captura o sentido mais profundo de irmandade e igualdade de tratamento que "fraternidade" abrange.

Alternativa C: competitividade.

Essa alternativa está incorreta. Competitividade é uma característica que envolve rivalidade e a busca por vantagem em relação a outras pessoas. Ela se opõe à ideia de fraternidade, que prega a cooperação e o respeito mútuo entre todos os seres humanos. A Declaração de Direitos Humanos incentiva a igualdade e a harmonia, não a competição entre indivíduos.

Alternativa D: perseverança.

Essa alternativa está incorreta. Perseverança é a qualidade de continuar firme em um objetivo, apesar das dificuldades, e embora seja uma virtude admirável, não é o conceito que a Declaração de Direitos Humanos invoca para descrever as relações entre os seres humanos. O termo "fraternidade" remete mais à forma como devemos nos relacionar, enquanto "perseverança" diz respeito a uma qualidade pessoal.

Alternativa E: individualidade.

Essa alternativa está incorreta. Embora a individualidade seja um valor importante na proteção dos direitos humanos, o Art. 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos foca no sentido de coletividade e irmandade, pedindo que as pessoas se tratem com espírito de fraternidade. A ênfase está na interação harmoniosa entre as pessoas, e não na celebração da individualidade ou do isolamento.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa A é a correta, pois a fraternidade é o conceito expresso no Art. 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela representa a ideia de irmandade e solidariedade, que é fundamental para a promoção da paz, do respeito e da igualdade entre todos os seres humanos.

64) RESPOSTA LETRA C

WWW.CUCABSB.COM.BR



61982586565

Alternativa A: Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma injusta e privativa audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele;

Essa alternativa está incorreta. O erro está na expressão "injusta e privativa audiência". Segundo o Artigo 10 da DUDH, todo ser humano tem direito a uma audiência pública e justa, não injusta, por parte de um tribunal independente e imparcial. A audiência deve ser pública e assegurar todos os direitos à defesa, sem caráter privativo.

Alternativa B: Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido negadas todas as garantias necessárias à sua defesa;

Essa alternativa está incorreta. Embora a presunção de inocência esteja corretamente mencionada, a segunda parte da frase está equivocada. O Artigo 11 da DUDH estabelece que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade seja provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe sejam garantidas todas as garantias necessárias à sua defesa. A alternativa mencionada indica que as garantias seriam "negadas", o que é contrário ao princípio de defesa justa.

Alternativa C: Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos;

Essa alternativa está correta. O Artigo 21, parágrafo 1º da DUDH afirma que todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. Esse artigo reconhece o direito fundamental à participação política, seja diretamente ou por meio de representantes eleitos.

Alternativa D: Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e desfavoráveis de trabalho e à desproteção contra o desemprego;

Essa alternativa está incorreta. O Artigo 23, parágrafo 1º da DUDH afirma que todo ser humano tem o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. O erro está na expressão "condições desfavoráveis" e "desproteção", que contradizem o princípio de condições justas e favoráveis de trabalho e proteção contra o desemprego.

Alternativa E: Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência incompatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Essa alternativa está incorreta. O erro está na frase "existência incompatível com a dignidade humana". O Artigo 23, parágrafo 3º da DUDH afirma que todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e que essa remuneração possa ser complementada por meios de proteção social, se necessário. A expressão "incompatível com a dignidade humana" está errada, pois a remuneração deve garantir justamente o oposto.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa C está correta, pois reflete o Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o direito de todo ser humano de participar do governo de seu país, seja diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. As demais alternativas contêm erros conceituais ou expressões incorretas em relação ao texto original da DUDH.

65) RESPOSTA LETRA A

Item I: A erradicação da pobreza baseada no crescimento econômico sustentado, no desenvolvimento social, na proteção do meio ambiente e na justiça social requer a participação das mulheres no desenvolvimento econômico e social, a igualdade de oportunidades e a plena e equânime participação de mulheres e homens como agentes beneficiários de um desenvolvimento sustentado, centrado na pessoa.

Esse item está correto. Um dos eixos da Declaração de Pequim é o combate à pobreza, enfatizando a participação plena das mulheres no desenvolvimento econômico e social. Os documentos defendem que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é crucial para a erradicação da pobreza e para a promoção de um desenvolvimento centrado nas pessoas e sustentável.

Item II: Advoga-se a avaliação e o monitoramento da mídia para que os meios de comunicação se tornem agentes de desconstrução de estereótipos discriminatórios em relação à condição feminina.

Esse item está correto. A Plataforma de Ação de Beijing incentiva a revisão e o monitoramento da mídia para combater estereótipos discriminatórios e promover uma representação justa e equitativa das mulheres. O papel da mídia é destacado como essencial para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a promoção da igualdade de gênero.

Item III: O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, de modo que são incentivadas diretrizes estratégicas para a atuação feminina majoritária na política e nas ciências exatas.

Esse item está incorreto. Embora a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação de Beijing enfatizem o papel do Estado na promoção da igualdade de gênero, não há um foco específico na atuação feminina majoritária em campos como política e ciências exatas. O que os documentos promovem é a igualdade de oportunidades e a necessidade de aumentar a participação das mulheres em todas as esferas, incluindo política, ciência e tecnologia, mas não defendem que elas ocupem a maioria dos cargos ou posições nesses setores.

Item IV: Os referidos documentos defendem a normalização do acesso a armas em zonas de conflitos, para fins estritos de proteção e resguardo das mulheres e de seus filhos.

Esse item está incorreto. Tanto a Declaração de Pequim quanto a Plataforma de Ação de Beijing não promovem o acesso a armas como meio de proteção. Ao contrário, esses documentos focam na prevenção de conflitos e na proteção das mulheres e crianças por meio de medidas pacíficas e de apoio social. A segurança das mulheres em zonas de conflito é abordada principalmente por meio da proteção legal, assistência humanitária e desmilitarização, não pela normalização do uso de armas.

Comentário Final sobre o Gabarito:

- Item I está correto, pois aborda a necessidade de participação igualitária das mulheres no desenvolvimento sustentável, o que é um dos princípios centrais da Declaração de Pequim.
- Item II está correto, pois a Plataforma de Ação de Beijing defende o monitoramento da mídia para desconstruir estereótipos de gênero.
- Item III está incorreto, pois não há uma defesa de atuação majoritária feminina na política e nas ciências exatas, mas sim da igualdade de oportunidades.
- Item IV está incorreto, pois os documentos não defendem a normalização do acesso a armas, mesmo em zonas de conflito.

Portanto, a resposta correta é Alternativa A (I e II).

66) RESPOSTA LETRA D

Alternativa A: após o nascimento da criança, esta poderá ficar com a mãe no estabelecimento prisional, no máximo, até completar dois anos de idade.

Essa alternativa está incorreta. Embora algumas legislações nacionais estabeleçam que a criança pode ficar com a mãe no estabelecimento prisional por um período limitado (geralmente até dois ou três anos), as Regras de Mandela não especificam um limite rígido de idade para isso. Elas determinam que a decisão de manter a criança com a mãe na prisão deve ser baseada no melhor interesse da criança, e não apenas em um critério de idade. Portanto, a idade máxima pode variar conforme o contexto local e o interesse da criança.

Alternativa B: os exames pré e pós-natais não devem ser realizados no próprio estabelecimento prisional, devendo a presa ser conduzida a hospital ou clínica especializada sempre que necessitar.

Essa alternativa está incorreta. As Regras de Mandela determinam que as presas grávidas ou que acabaram de dar à luz devem ter acesso a cuidados médicos adequados, o que inclui exames pré e pós-natais. No entanto, não

há uma exigência explícita de que todos os exames sejam realizados fora do estabelecimento prisional. O importante é que as presas recebam o atendimento adequado, que pode ser realizado no próprio presídio se as condições médicas forem adequadas, ou fora dele, quando necessário.

Alternativa C: devem-se adotar as medidas para que o nascimento ocorra em hospital fora da unidade prisional, mas se a criança nascer no próprio estabelecimento prisional, este fato deve constar de sua certidão de nascimento.

Essa alternativa está incorreta. As Regras de Mandela estabelecem que o nascimento deve preferencialmente ocorrer fora do estabelecimento prisional, em um hospital adequado, para garantir que o parto aconteça em condições dignas e seguras. No entanto, caso o nascimento ocorra dentro da prisão, as Regras de Mandela determinam que não deve constar na certidão de nascimento qualquer referência ao fato de que a criança nasceu em uma prisão, para evitar o estigma. Portanto, a parte que diz que o nascimento na prisão deve constar na certidão está incorreta.

Alternativa D: providências devem ser tomadas para garantir creches internas ou externas dotadas de pessoal qualificado, onde as crianças poderão ser deixadas quando não estiverem sob o cuidado de seu pai ou sua mãe. Essa alternativa está correta. As Regras de Mandela recomendam que creches ou outros espaços adequados sejam disponibilizados, dentro ou fora das unidades prisionais, para que as crianças possam ser cuidadas quando não estiverem sob a responsabilidade direta dos pais, garantindo que sejam tratadas com dignidade e por pessoal qualificado. A decisão de manter a criança com a mãe deve sempre considerar o melhor interesse da criança, e a disponibilidade de creches é uma parte importante para assegurar um ambiente saudável para os filhos das presas.

Alternativa E: se a mãe, após o nascimento do filho, quiser manter a criança com ela no estabelecimento prisional, essa decisão deve se basear no melhor interesse da mãe e deve ser tomada pelo Diretor da unidade prisional. Essa alternativa está incorreta. As Regras de Mandela deixam claro que as decisões sobre manter ou não a criança no estabelecimento prisional com a mãe devem ser baseadas no melhor interesse da criança, e não da mãe. Além disso, a decisão de manter a criança com a mãe deve envolver uma análise mais ampla, possivelmente com a participação de autoridades judiciais ou de bem-estar infantil, e não é exclusivamente uma decisão do Diretor da unidade prisional.

Comentário Final sobre o Gabarito:

A Alternativa D é a correta, pois as Regras de Mandela preveem a criação de creches internas ou externas com pessoal qualificado para cuidar das crianças que estão com suas mães nas prisões, garantindo que os filhos das detentas recebam os cuidados adequados enquanto não estiverem sob a supervisão direta dos pais. As demais alternativas estão incorretas ou distorcem as disposições das Regras de Mandela.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

67) RESPOSTA LETRA C

A) Leves, moderadas e graves. - Incorreto. A lei não menciona a categoria "moderadas", mas sim "médias".

B) Simples, médias e graves. - Incorreto. A categoria "simples" não é mencionada na lei.

C) Leves, médias e graves. - Correto. A Lei nº 12.786/1995 classifica as faltas como leves, médias e graves, conforme o artigo 3º.

D) Leves, médias e dolosas. - Incorreto. A lei trata de faltas leves, médias e graves, mas não menciona "dolosas" como uma classificação.

E) Simples, graves e dolosas. - Incorreto. A lei não utiliza "simples" ou "dolosas" como classificações para faltas disciplinares.

68) RESPOSTA LETRA D

A) Desobedecer os horários do estabelecimento. - Incorreto. Isso configura uma falta leve, conforme o artigo 4º, inciso I.

B) Entrar em cela alheia sem autorização. - Incorreto. Trata-se de uma falta leve, conforme o artigo 4º, inciso VI.

- C) Portar bebida alcoólica. - Incorreto. Fabricar, guardar ou portar bebida alcoólica é uma falta média, conforme o artigo 5º, inciso II.
- D) Fugir do estabelecimento prisional. - Correto. Fugir é classificado como falta grave, de acordo com o artigo 6º, inciso II.
- E) Perturbar o repouso noturno. - Incorreto. Perturbar o repouso noturno é considerado falta média, conforme o artigo 5º, inciso VII.

69) RESPOSTA LETRA D

- A) Advertência verbal ou por escrito. - Incorreto. Essas sanções são aplicadas para faltas leves, conforme o artigo 9º, incisos I e II.
- B) Suspensão de regalias por prazo de até 10 dias. - Incorreto. A suspensão ou restrição de regalias em faltas médias deve ser de no mínimo 10 dias, conforme o artigo 9º, parágrafo 1º.
- C) Isolamento em cela por no mínimo 30 dias. - Incorreto. O isolamento é uma sanção para faltas graves, conforme o artigo 9º, inciso V.
- D) Suspensão ou restrição de regalias por no mínimo 10 dias e máximo de 30 dias. - Correto. Esta é a sanção para faltas médias, conforme o artigo 9º, parágrafo 1º.
- E) Isolamento preventivo com comunicação ao juiz da execução. - Incorreto. O isolamento com comunicação ao juiz aplica-se às faltas graves, conforme o artigo 9º, inciso V, e o artigo 13.

70) RESPOSTA LETRA C

- A) Alimentação suficiente e vestuário. - Correto. Este é um direito previsto no Art. 41, inciso I da LEP.
- B) Atribuição de trabalho e sua remuneração. - Correto. O direito ao trabalho e à sua remuneração está garantido no Art. 41, inciso II.
- C) Participação em festivais e eventos recreativos. - Incorreto. A lei não menciona explicitamente a participação em festivais e eventos recreativos como um direito, mas trata da assistência social e recreação de forma mais abrangente no Art. 23.
- D) Entrevista pessoal e reservada com o advogado. - Correto. Este é um direito fundamental garantido pelo Art. 41, inciso IX.
- E) Visita de cônjuge, parentes e amigos em dias determinados. - Correto. O direito de receber visitas é estabelecido no Art. 41, inciso X.

71) RESPOSTA LETRA C

- A) Descumprir os horários de recolhimento no estabelecimento. - Incorreto. Isso caracteriza uma falta leve, conforme a tipificação da LEP.
- B) Comete um crime culposo no interior do presídio. - Incorreto. A prática de um crime culposo é classificada como falta média.
- C) Possui, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outra pessoa. - Correto. De acordo com o Art. 50, inciso III, este é um exemplo clássico de falta grave.
- D) Imputa falsamente a outro preso uma infração disciplinar. - Incorreto. Essa conduta é considerada uma falta média, conforme o Art. 49.
- E) Simula doença para se eximir de deveres legais ou regimentais. - Incorreto. Isso configura uma falta média, conforme disposto no Art. 49 da LEP.

72) RESPOSTA LETRA E

- A) O diretor do estabelecimento, dois chefes de serviço, um advogado e um médico. - Incorreto. Não é mencionado um advogado na composição da comissão técnica, conforme descrito na lei.
- B) O diretor do estabelecimento, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. - Incorreto. A composição completa exige dois chefes de serviço além dos outros profissionais.

- C) O juiz da execução, um advogado, um psicólogo e dois chefes de serviço. - Incorreto. O juiz da execução não faz parte dessa comissão, e um advogado não é incluído.
- D) Dois chefes de serviço, um médico geral e um psiquiatra. - Incorreto. Embora a comissão incluía dois chefes de serviço e um psiquiatra, também deve contar com um psicólogo e um assistente social.
- E) O diretor do estabelecimento, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. - Correto. Essa é a composição exata da Comissão Técnica de Classificação, conforme o Art. 7º.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

73) RESPOSTA LETRA B

Art. 5º da Lei nº 7.716/ 1989. Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.
Pena: reclusão de um a três anos.

74) RESPOSTA LETRA B

A) Somente configuram crime de roubo as modalidades majoradas previstas no artigo 1º, inciso II, alíneas “a”, “b”, e “c”, da Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos): I – roubo: a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V); b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B); c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º);

B) O crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum está previsto como crime hediondo no artigo 1º, inciso IX, da Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), e como tal é insuscetível de indulto, nos termos do artigo 2º do aludido diploma legislativo: Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: I – anistia, graça e indulto.

C) O delito de extorsão na sua modalidade simples não está previsto como crime hediondo na Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e, portanto, não há previsão legal para a vedação à fiança.

D) Conforme dispõe o artigo 2º, §4º, da Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos): § 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a , nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

E) O crime de importunação sexual não está arrolado como crime hediondo no artigo 1º da Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos).

75) RESPOSTA LETRA C

A) Em decorrência da gravidade do crime de tortura, não se admite a sua tentativa (ERRADA).
Não existe nenhuma vedação expressa na lei determinando isso. Ademais vale lembrar que os crimes que não admitem tentativa são CCHOUPA (contravenções, culposos, habituais, omissivos próprios, unissubisidentes, preterdolosos, atentado)

B) O crime de tortura é próprio e somente poderá ser praticado por agente público. (ERRADA)
A tortura castigo (art. 1, II), tortura contra preso ou sob medida de segurança(art. 1§1) e tortura omissiva (art. 1 §2) são próprios, isto é, ou o agente deve ser pessoa específica, ou a vítima. Nas demais modalidades o crime é impróprio, ou seja, qualquer pessoa pode cometer e ser vítima. Ademais, o crime de tortura não pode ser praticado somente por agente público, mas essa é uma causa de aumento de pena do crime.

C) O crime de tortura é um delito que é equiparado à crime hediondo. (CERTA)

Segundo o art. 5, XLIII da constituição define como crimes equiparados à hediondo 3TH (tortura, trafico de drogas, terrorismo e hediondo)

D) Para que ocorra o crime de tortura, é necessário que o autor do crime tenha se utilizado da violência no modo de agir. (ERRADA)

A tortura pode ocorrer com violência OU grave ameaça.



E) Aquele que se omitir do dever legal de apurar o crime de tortura incidirá nas mesmas penas previstas para quem comete o crime de forma dolosa. (ERRADA)

A tortura por omissão é o único crime da lei que é definida pena de detenção, além de ser menor (1 a 4 anos), enquanto os comissivos são reclusão, 2 a 8 anos

76) RESPOSTA LETRA B

Art. 2º Ao Sinarm compete:

III – cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

77) RESPOSTA LETRA A

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

78) RESPOSTA LETRA E

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

O sujeito ativo NÃO tem participação direta no tráfico e depende de reiteração.

Trata-se de mais uma exceção pluralística à teoria monista (ou unitária), uma vez que o ato de financiar deveria constituir participação (auxílio) no crime de tráfico, de acordo com o art. 29, do CP. Contudo, há tipos autônomos para o financiador e para o traficante.

Para que se configure o crime do art. 36, o sustento deve ser reiterado, habitual, condição de sobrevivência do tráfico (de drogas ou maquinários).

O crime de financiar ou custear a prática de tráfico de drogas NÃO se caracteriza com auxílios financeiros eventuais.

ATENÇÃO (Inf. 534, 6ª T. STJ): Na hipótese de autofinanciamento para o tráfico ilícito de drogas, NÃO há concurso material entre os crimes de tráfico (art. 33, caput, da Lei 11.343/2006) e de financiamento ao tráfico (art. 36), devendo, nessa situação, ser o agente condenado às penas do crime de tráfico com incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, VII.

STJ: O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 com a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, VII, da Lei n. 11.343/2006, afastando-se, por conseguinte, a conduta autônoma prevista no art. 36 da referida legislação.

STJ: O crime de financiar ou custear o tráfico ilícito de drogas (art. 36 da Lei n. 11.343/2006) é delito autônomo aplicável ao agente que NÃO tem participação direta na execução do tráfico, limitando-se a fornecer os recursos necessários para subsidiar as infrações a que se referem os art. 33, caput e § 1º, e art. 34 da Lei de Drogas.

79) RESPOSTA LETRA A

Art. 3º da Lei 12.850/13: "Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: I - colaboração premiada;"

Art. 3º-A: "O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos."

80) RESPOSTA LETRA D

A alternativa A está incorreta. Na verdade, mesmo que o preso se encontre incomunicável, ainda configura crime o ato de impedir o advogado de comunicar-se com ele, como se vê a partir da leitura do art. 7º, III, c/c art. 7º-B, ambos da Lei 8.906/94.

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa está na expressão “em depoimento judicial”, pois, na verdade, o auditor fiscal que presta informações falsas no âmbito de um depoimento judicial pratica o delito de falso testemunho, previsto no art. 342 do CP: “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em júízo arbitral”. Nessa hipótese, portanto, fica afastada a tipificação do delito do art. 29 da Lei 13.869/19.

A alternativa C está incorreta. As condutas típicas da Lei 13.869/19 são consideradas como próprias, pois todas têm o agente público como sujeito ativo, sendo certo que os particulares não podem figurar sozinhos como autores dos delitos previstos na legislação em questão. Portanto, mesmo que um particular eventualmente realize uma prisão em flagrante delito (conduta autorizada pelo art. 301 do CPP), não impeça a filmagem da ação por populares e, conseqüentemente, acabe dando causa a uma exposição vexatória do preso, não estará configurado o delito do art. 13, inciso II, da Lei 13.869/19, pois esse particular não pode, sozinho, ser considerado como sujeito ativo do referido delito.

A alternativa D está correta. O art. 23 da Lei 13.869/19 estabelece a seguinte conduta criminosa: “Inovar artificialmente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade”.

Portanto, se um particular e um policial, atuando em conjunto, realizarem a inserção fraudulenta de DNA e digitais de uma pessoa em um local de crime com a finalidade específica de incriminá-la, terão praticado a conduta típica acima descrita.

Vale ressaltar que os delitos da Lei 13.869/19 são próprios, pois exigem que o sujeito ativo detenha a qualidade de agente público. Portanto, é certo que o particular, por si só, não pode responder por nenhum dos seus tipos penais, mas, nas hipóteses em que ele estiver atuando em conjunto com o agente público, essa circunstância se comunicará para ele, como prevê o art. 30 do CP: “Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime”. Logo, o particular, quando acompanhado na empreitada criminosa por um agente público, poderá ser tido como autor dos tipos penais da Lei 13.869/19.